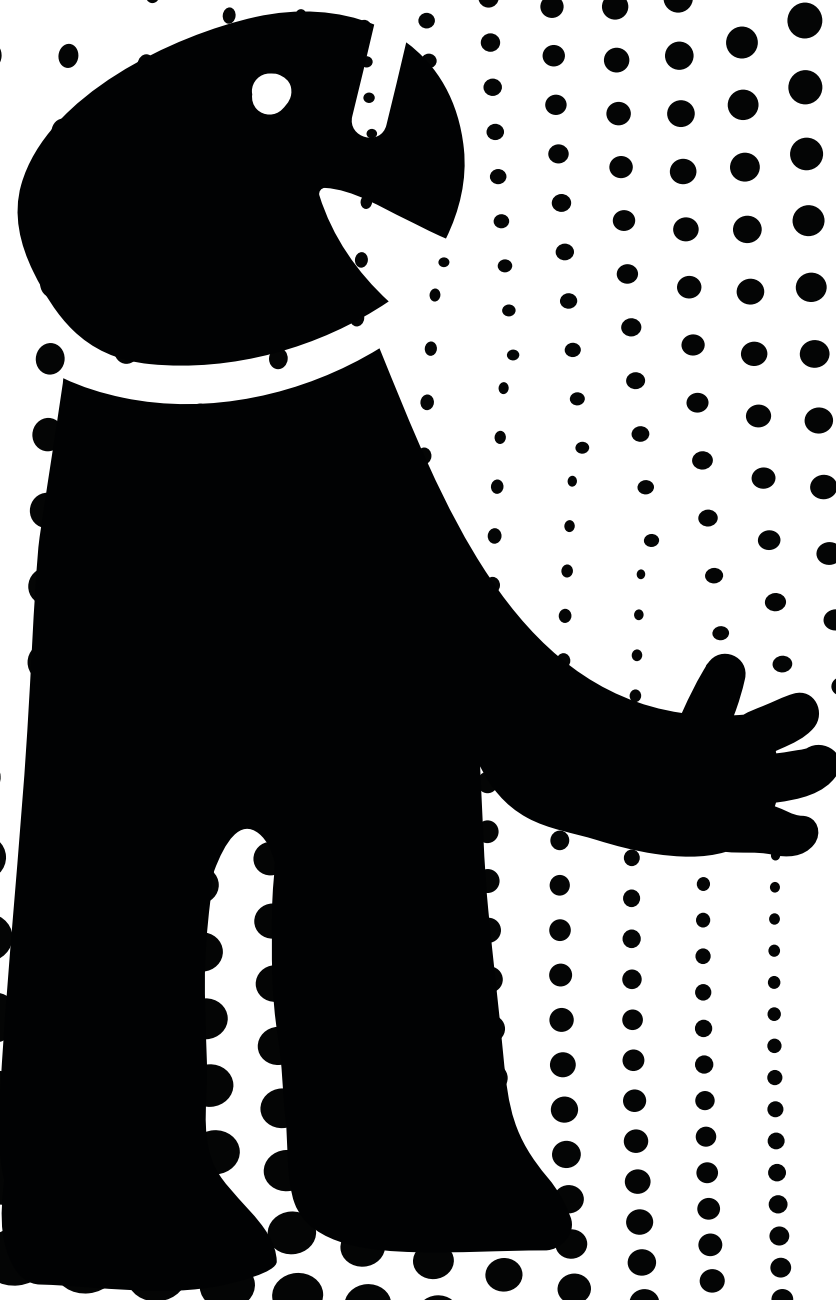


PODER, RELACIONAMENTOS E
VIOLÊNCIAS



PROJETO



A violência tem consequências físicas, psicológicas e sociais para quem a vivencia, bem como para as suas famílias e comunidades, nomeadamente quando falamos de vítimas crianças e adolescentes. No Brasil, apesar dos serviços oferecidos pelo Estado, o acesso a esses serviços é dificultado por uma série de obstáculos – como a distância física dos serviços, a necessidade das crianças e dos adolescentes serem acompanhados por uma pessoa responsável e a dificuldade em dar respostas efetivas a tantas demandas complexas e específicas. Dentro deste contexto, a escola pode ser um espaço importante para prevenir, identificar e agir perante situações de violência, não só pelo tempo de permanência dos jovens na escola, mas pela possibilidade de criar múltiplas estratégias para lidar com essas situações.

Sabemos que o investimento no desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes tem um impacto fundamental na sua vida adulta e na qualidade das relações que estes irão estabelecer (Cunha, Heckman, Schennach, 2010; Lannen e Ziswiler, 2014). Estes autores constataam que pouca atenção tem sido dada aos fatores de risco psicossociais como a violência doméstica, estrutural e urbana que pode afetar a infância de modo danoso. Os estudos sugerem que a exposição das crianças e adolescentes à violência urbana e doméstica pode colocá-los em maior risco ao nível de problemas relacionais, tais como comportamento agressivo, redução dos níveis de desenvolvimento sócio emocional, além de afetar o comportamento futuro em relação aos próprios filhos (Walker et alii 2011) e de poder ter repercussões significativas sobre a sua saúde, desenvolvimento e bem-estar (Lannen e Ziswiler 2014; ICRW e Instituto Promundo 2012).

O Programa J: Trabalhando com jovens para prevenção de violências foi desenvolvido no âmbito do *Projeto Jovens pelo Fim da Violência*. Este projeto piloto encerrou seu ciclo de 3 anos em dezembro de 2017 e foi financiado pelo Fundo Fiduciário das Nações Unidas de Apoio às Ações para Eliminação da Violência contra as Mulheres, (UNTF). O projeto teve por objetivo construir uma intervenção com base em metodologias já testadas e comprovadas para prevenir a violência contra jovens em cenários de alta violência urbana (Brasil) e pós-conflito (República Democrática do Congo). Inspirado nos Programas H, M e Living Peace (Instituto Promundo) e do Programa Expect Respect (adotado em escolas públicas de Austin, EUA), além da criação de conteúdos originais, desenvolvemos um currículo flexível e com uma abordagem interseccional para trabalhar a prevenção de violências com a juventude.

Através destes quatro Programas, e de outros subsídios e referências na área da violência de gênero, no Rio de Janeiro fizemos um processo de desenvolvimento participativo de metodologia, em parceria com um grupo multidisciplinar de profissionais (psicólogas/os, professores/as, assistentes sociais e pesquisadores/as) do Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares (NIAP) da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME) e do Núcleo de Atenção à Violência (NAV) ¹. Após 4 ciclos de implementação de oficinas nas escolas alcançamos um total de quase 500 jovens e 150 professoras(es) e outras/os profissionais com atuação em meio escolar.

¹ ONG especializada no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência.



O resultado desse processo de (des)construção intensa e coletiva foi a criação desta Caixa de Ferramentas Didáticas, composta por 5 volumes, que discutem questões relacionadas a comunicação, relacionamentos, raça, gênero, participação juvenil e diversidade, relacionando-os com a temática geral da Violência. Encontra-se em desenvolvimento um 6º volume dedicado exclusivamente ao debate sobre raça, etnia e gênero, pois apesar de adotarmos uma abordagem interseccional em todos os volumes, após 3 anos de projeto compreendemos que a discussão desses temas precisa de todos os reforços possíveis. Tendo em conta todos os desafios do contexto, nosso objetivo principal consistiu em desenvolver um material de utilização flexível e versátil para ser utilizado por profissionais que já desenvolvem ou queiram desenvolver algum trabalho com jovens, seja na escola seja em outros espaços socioeducativos, visando o debate e a reflexão sobre as inúmeras formas de violência. O Instituto Promundo é uma organização não-governamental



SOBRE O PROMUNDO

O Instituto Promundo é uma organização não governamental fundada em 1997 no Rio de Janeiro, que atua no Brasil e internacionalmente para promover a igualdade de gênero com foco no envolvimento de homens e mulheres. Transformar normas e dinâmicas de poder relacionadas ao gênero é um fator estratégico para prevenir violência, promover saúde e relações igualitárias entre diferentes grupos. Com base em pesquisas, o Promundo busca identificar os fatores que levam à desigualdade de gênero e aqueles que contribuem para a transformação dessa realidade. Assim, são criadas, testadas e avaliadas metodologias para envolver homens e meninos e favorecer o empoderamento de mulheres e meninas, utilizando esportes, escolas, unidades de saúde, empresas e outros espaços. As pesquisas e o resultado da avaliação dos programas e ações desenvolvidos pela organização são utilizados para influenciar políticas públicas que possam aumentar o impacto na transformação das relações de gênero. Para mais informações, acesse: **www.promundo.org.br**



ÍNDICE DO MATERIAL

3	O projeto
5	Sobre o Promundo
8	Iniciando a conversa
11	Nosso Posicionamento
13	Violência(s): suas particularidades e consequências
34	Religião e Violência
38	Atividade 1 – O que é violência?
41	Atividade 2 – Pessoas e coisas
44	Atividade 3 – Varal da Violência
45	Atividade 4 – Diversidade de direitos: eu e as outras pessoas
49	Atividades de curta duração – Como inserir esta discussão em sala de aula?
50	E se?
52	Como fazer um fanzine
58	Dicas
62	Serviços
66	Fechamento
71	Glossário



INICIANDO A CONVERSA

Sabemos o quanto o seu dia é cansativo e o quanto são demandadas de você uma série de tarefas, como: preparar as suas aulas e/ou atividades, lidar e resolver situações que fogem do seu planejamento, corrigir provas, testes, exercícios, ir à reuniões e ainda dar conta de atividades extraclasse e de todos os outros compromissos do seu cotidiano.

Este material não surge para sobrecarregar o seu dia, pelo contrário ele tem como objetivo apresentar a discussão de um tema, propor atividades, dar algumas dicas, sugerir algumas ideias, apontar possíveis caminhos estratégicos para manejar situações que podem ser complexas e contribuir com a sua prática profissional.

Queremos que esta seja uma fonte de consulta para quando surgir a discussão de um tema que permeia a adolescência e a juventude. A ideia é ser apenas uma fonte, justamente para você poder consultar, se informar, mas também ter a liberdade de criar e se apropriar deste material, conforme as suas próprias experiências e o local em que está atuando.

Cada volume desta Caixa de Ferramentas apresenta um tema específico, dentro do tema geral da Violência. Porém, você também poderá articular as discussões entre os temas específicos, de acordo com as necessidades percebidas por você. Todos os cinco volumes estão interligados e fazem sentido, tanto juntos, quanto separados. Então: sinta-se à vontade para explorar este material da forma que lhe for mais útil.

Este volume, aborda o tema “Poder, Relacionamentos e Violências”. Iremos discutir um pouco sobre as relações de poder e de como elas podem causar violências e até mesmo relacionamentos que não são saudáveis. A violência pode acontecer de várias formas e em diversos lugares, portanto, a ideia aqui é informar e debater como essas violências ocorrem para que seja mais fácil identificá-las.



Muitas vezes, as violências não são nítidas para quem está de fora da situação e inclusive acabamos repetindo certas ofensas sem mesmo saber que se trata de algo violento. Afinal, como saber que está acontecendo uma violência? A intenção aqui é muito menos encontrar soluções universais, mas saber identificar as violências e tentar solucioná-las da melhor forma.

Nós acreditamos que podemos ser diferentes entre nós e que somos livres para estarmos no mundo como quisermos, sem que tenhamos de vivenciar situações de violência, por exemplo. Consideramos fundamental que se tenha respeito por cada pessoa e seu jeito singular de existir. Mas será que todas as pessoas podem ser aquilo que desejam? Será que na prática é assim que funciona com todo mundo? Todas as pessoas têm o direito de se expressar e de se colocar no mundo como querem?

Por falar em prática, é importante pontuarmos sobre essa parte essencial do nosso trabalho. Nós sabemos que não é fácil colocar em exercício tudo aquilo que aprendemos ao longo dos anos e, ao mesmo tempo, refletir criticamente e ter um posicionamento ético. Este trabalho demanda tempo, faz parte de um processo e precisa sempre ser questionado. Portanto, gostaríamos de pontuar que, para nós, uma postura ética² passa por fazer leituras, discussões das situações e de se posicionar sem que nossas opiniões pessoais limitem a liberdade de outras pessoas e restrinjam os direitos de determinados grupos sociais. Enfatizamos, então, que acreditamos e buscamos trabalhar visando uma sociedade totalmente equitativa e justa, um mundo mais vivível para todas as pessoas.

Aproveite o conteúdo e curta a leitura! :)

² Para saber mais sobre questões relacionadas à ética, ir para o Volume 1 – *Construindo vínculos: a força dos coletivos*



NOSSO POSICIONAMENTO

Antes de iniciarmos a discussão deste volume, é importante falarmos sobre qual é o nosso posicionamento e o que nós buscamos e acreditamos. Nós, pessoas que elaboramos e pensamos neste material, entendemos que em qualquer produto elaborado, qualquer projeto ou discurso, tanto explícito, quanto implícito, sempre haverá um posicionamento, isto é, não acreditamos que exista a tal da imparcialidade. É comum pensarmos que não falar sobre algo ou se isentar de tomar alguma atitude é ser imparcial ou neutro. Contudo, entendemos que não falar sobre algo ou não tomar nenhum partido também significa uma tomada de posição, já sendo uma forma de se posicionar. Assim, uma vez que estamos **escolhendo** falar de um ponto de vista sobre algo, logo estamos nos posicionando frente aquele tema e/ou debate.

Vamos pensar assim: A elaboração de um material com determinada discussão ou o nosso discurso sobre uma temática é como contar uma história, é uma forma de narrarmos uma trajetória, um acontecimento. Quando contamos essa história, estamos falando de nosso ponto de vista, daquilo que vimos, achamos, sentimos, não gostamos, gostamos, acreditamos, buscamos, etc. Por isso, é importante falarmos sobre qual ponto de vista estamos contando essa história, pois assim fica mais honesto e as pessoas que estão ouvindo/lendo a nossa narrativa conseguem saber que estamos falando de um lugar específico e qual lugar é esse. Pensando nisso, e reforçando o nosso posicionamento ético e honesto, o que estamos fazendo neste tópico é justamente tornar evidente qual nosso ponto de vista e o porquê falamos de tal forma.

Assim, gostaríamos de deixar explícito que entendemos ser necessário discutir algumas questões que, normalmente são esquecidas no nosso dia a dia e estão naturalizadas socialmente, para a construção de uma sociedade mais igualitária. Para nós, é importante falar e se posicionar sobre as questões de gênero, por entender que a violência de gênero é uma epidemia³ no Brasil. Portanto, utilizar a linguagem a/o, falar sempre que possível da violência contra a mulher, como também debater sobre a violência que acomete as pessoas LGBTQs, as pessoas negras, faz parte da nossa ideia de falar sobre assuntos que usualmente são esquecidos, não só nos espaços escolares, mas na sociedade de forma geral.

E, por isso, **escolhemos** nos posicionar a partir de uma perspectiva que busca combater as violências, tentando informar a partir do nosso posicionamento, em quais momentos e de que forma certos discursos e atitudes podem ser ofensivos, violentos e causar sofrimento em algumas pessoas.

3 Fonte: <https://hacoesunidas.org/onu-mulheres-convoca-america-latina-a-acabar-com-feminicidios/>

VIOLÊNCIA(S): SUAS PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS



Nós, seres humanos, somos seres sociais e, por isso, vivenciamos diversos tipos de relações desde o momento de nosso nascimento. A nossa primeira relação com outro ser humano se dá, geralmente, no seio familiar e, conforme vamos crescendo, vamos ampliando nossos círculos de relacionamentos: com os colegas de escola, do bairro, do trabalho, outras pessoas conhecidas, cuidadoras/es, etc.

No interior de cada relação que estabelecemos ao longo de nossa vida, com qualquer pessoa que seja, desde amigos e amigas, cônjuges, pais e mães, pessoas conhecidas, o *poder* está sempre presente na dinâmica relacional. Mas o que significa exatamente dizer que o *poder* está em todas as nossas relações? Para melhor explicitar, vamos recorrer à definição desta palavra no dicionário:

Poder, segundo o dicionário Michaelis, consiste em: “*Ter a faculdade ou possibilidade de*”; “*Ter autoridade, domínio ou influência para*”; “*Ter força, influência ou alimento*”; “*Ter permissão ou autorização para*”; Ou seja, o *poder* não está somente localizado em uma entidade pública ou privada, em uma instituição ou em uma pessoa específica. Ele faz parte de todas as relações sociais e reside na capacidade de uma pessoa atuar sobre a outra, seja fazendo negociações ou imposições (FOUCAULT, 1979).

As relações de negociação entre os pares têm como características principais, o diálogo e o respeito. Neste tipo de relação, as pessoas estão abertas para exercer a escuta, sendo capazes de ter em consideração o posicionamento da outra e estabelecer um acordo em comum. Aqui, as decisões são definidas em conjunto, o que não quer dizer que não haja conflito. O conflito, quando é negociado, se transforma em solução e a relação se constrói de forma saudável.

No entanto, nas relações em que se fazem presentes quaisquer formas de imposição, a violência e a autoridade são consequências deste tipo de postura. Não há acordo possível e não existe nenhum tipo de escuta quando há imposição ou abuso da posição de poder. Ou seja, nesta relação apenas uma pessoa tem relevância, ela impõe de forma agressiva o seu ponto de vista, demonstrando que apenas ela existe nessa “relação” e não consegue enxergar a outra pessoa na sua integralidade. Quando usamos este tipo de poder, não reconhecemos que todas as pessoas têm direitos iguais, independentemente de gênero ⁴, classe social, raça e orientação sexual ⁵. O poder, portanto, é utilizado de forma violenta e situações de opressão são produzidas nas relações.

4 Gênero: Refere-se aos comportamentos, atitudes, crenças, papéis relacionados ao que é ser homem ou mulher, aprendidos através da família, dos amigos, instituições culturais e religiosas, meios de informação, enfim, através de todas as relações estabelecidas pelos indivíduos.

5 Orientação Sexual: É a atração que temos por uma ou várias pessoas tanto no âmbito afetivo, como sexual. Os seres humanos podem, legitimamente, se interessar pelo gênero oposto, pelo mesmo gênero ou ainda por ambos os gêneros. Serão respectivamente heterossexuais, homossexuais (gays e lésbicas) ou bissexuais.

Mas o que seria estar numa situação de violência em uma relação? O que vem à sua cabeça quando escuta falar sobre violência?

Geralmente associamos brigas, agressões físicas, roubos e assassinatos como casos de violência. Realmente, essas situações são de fato violentas e opressoras. Porém, existem formas de violência que são mais sutis e passam despercebidas ou já são tão naturalizadas em nossa sociedade que temos dificuldade de reconhecer que determinado comportamento também agride outras pessoas ou grupos sociais.

Então, o que seria violência? Como podemos ampliar nosso conceito de violência?

De acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS:

Violência *é o uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.*

Ainda de acordo com a OMS, existem três tipos de violência:

- **Interpessoal** – é aquela atribuída por outra pessoa ou grupo. Pode ser dividida em duas subcategorias: violência da família e parceiros íntimos; violência comunitária.
- **Auto-infligida** – é a violência contra si mesmo, subdividida em comportamento suicida – pensamentos suicidas e tentativas de suicídio – e atos de automutilação.
- **Coletiva** – dividida em violência social, violência política e violência econômica, este tipo de violência pode indicar a existência, por exemplo, de crimes de ódio cometidos por grupos organizados, atos terroristas, guerras e conflitos armados, ou ainda, a violência do próprio Estado. Pode indicar, também, a forma como somos tratados pelas instituições prestadoras de serviços públicos como hospitais, postos de saúde, escolas, delegacias, judiciário.

A partir das definições acima, podemos perceber que existem diversos tipos de violência e nos damos conta da complexidade desta discussão. Quando permanecemos entendendo a violência somente como um ato que causa lesão ou morte, diversas situações que merecem ter atenção e solução são invisibilizadas, o que dá margem para a reprodução de preconceitos e violência que acometem determinados corpos e pessoas.

Na nossa sociedade um tipo de violência bastante naturalizado é a violência de gênero. E apesar de ser necessária a discussão sobre esta forma de violência, justamente visando a desnaturalização das opressões e preconceitos, há barreiras políticas, no contexto atual, que dificultam o trabalho com essas questões nos espaços educativos.



VIOLÊNCIA DE GÊNERO: **O QUE É ISSO?**

Qual foi a pessoa que desde criança não ouviu que não poderia realizar determinada tarefa ou agir de alguma forma porque era menina ou menino, não é mesmo? “Menino não chora! Menina não pode sentar de perna aberta!”. Estas são frases familiares a todas as pessoas em nossa sociedade. O que acontece é que este tipo de cerceamento da liberdade, esta forma de violência, acomete meninas e meninos e afeta todo o seu desenvolvimento e crescimento até a vida adulta, produzindo formas de se ver e de estar no mundo durante toda sua vida.



Se pararmos para pensar nos brinquedos e brincadeiras que são atribuídas às meninas e aos meninos, podemos perceber que existe uma diferenciação entre os gêneros⁶ desde a infância. As meninas, por exemplo, são incentivadas a brincar de casinha. Panelinhas, ferros de passar roupa, vassouras, bebês que se tornam suas filhas e filhos fazem parte das brincadeiras das meninas. Enquanto isso, os meninos brincam de bola, pipa, bolinha de gude e correm na rua.

Torna-se evidente que as meninas, desde muito pequenas, são incentivadas a serem pessoas responsáveis pelo cuidado da casa e de todas as suas pessoas à sua volta, ao passo que os meninos são incentivados a explorar o mundo e exercer a liberdade do seu corpo.

A imposição de ser de determinada maneira, segundo as normas sociais de gênero, é uma forma violenta de privar a autonomia de uma pessoa e tem como base à concepção de submissão associada às mulheres e de virilidade associada aos homens (Gênero e Diversidade na Escola, 2009).

⁶ Para saber mais sobre a discussão de Gênero ir para o Volume 2 – O que esperam de nós?





A ideia de que a mulher foi feita para cuidar de filhos e filhas, enquanto o homem não precisa ter o mesmo cuidado com as crianças; de que a mulher precisa cozinhar, lavar, passar roupa e ainda servir o seu cônjuge, enquanto ele pode assistir ao jogo de futebol, de preferência sem ser interrompido; de que a mulher precisa ficar dentro de casa, enquanto o homem pode circular livremente pela rua; de que é aceitável que o homem tenha amantes, enquanto a mulher precisa ser “propriedade” do cônjuge; de que o homem tem direito sobre o corpo da mulher, enquanto à mulher precisa obedecer ao seu cônjuge; são todas ideias que tem por base as relações de gênero e são formas violentas de hierarquizar e produzir desigualdade entre os gêneros.

As violentas desigualdades de gênero afetam não só as mulheres. Os homens também são afetados, afinal, violência de gênero é qualquer tipo de violência baseada nas dinâmicas ou papéis de gênero. A partir da construção da masculinidade que se apoia na virilidade, os homens são incentivados a serem agressivos, combativos, se envolverem desde crianças com brincadeiras de lutas e, se um homem se comportar de algum modo que não se adeque a este perfil, sua masculinidade é logo questionada. Quando um homem não utiliza a força associada à virilidade, ele é visto como um homem inferior, ou seja, ele não é um “homem de verdade” com H maiúsculo, ele é menos homem em relação àquele que exerce uma masculinidade normativa e violenta.

De acordo com o Mapa de Violência⁷ do ano de 2015, 94% das pessoas que são mortas por Armas de Fogo são homens. Podemos pensar que este alto índice de mortes se relaciona com uma masculinidade pautada na expressão da raiva, da força e da agressividade, que se expressa também na ocupação dos espaços públicos, culturalmente estabelecidos como ambientes masculinos. Percebe-se assim que os homens, numa cultura machista, são mais frequentemente vítimas de violência urbana. Nessa perspectiva, se compreendemos a divisão dos espaços públicos e privados tendo como base a construção das normas de gênero, veremos que as mulheres são mais frequentemente vítimas de violência doméstica, enquanto os homens sofrem violência nos espaços públicos.

É comum pensar-se que a violência contra as mulheres acontece por desconhecidos ou fora do ambiente familiar e do lar. Mas, por incrível que pareça, os principais autores dessas agressões são normalmente homens conhecidos, nos quais as mulheres confiam e amam. Pesquisas concluíram que o parceiro íntimo predomina nos resultados de investigações sobre quem é o autor da agressão, em que são utilizadas violências físicas, ameaças, coerções, abusos sexuais ou psicológicos e outras formas de gerar sofrimento (WHO, 2005).

De acordo com os *Dados nacionais sobre violência contra as mulheres*⁸ 67,36% dos relatos apresentam que as violências foram realizadas por homens aos quais as vítimas tinham ou já tiveram vínculo afetivo, sendo eles: namorados, companheiros, cônjuges ou amantes, como também, ex-namorados, ex-companheiros, ex-cônjuges ou ex-amantes. Em 27% dos casos relatados, o agressor também era uma pessoa próxima, tendo sido o autor da violência um familiar, amigo, vizinho ou conhecido⁹.



7 Fonte: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>

8 Fonte: <http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/>

9 Esses dados foram disponibilizados através do Balanço dos atendimentos realizados do mês de janeiro até o mês de outubro do ano de 2015 pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR)

Segundo a Pesquisa *Percepções dos Homens sobre a Violência Doméstica*¹⁰ contra a Mulher realizada pelo Instituto Avon/Data Popular no ano de 2013, 56% dos homens admitem que já cometeram alguma dessas formas de agressão: xingou, empurrou, agrediu com palavras, deu tapa, deu soco, impediu de sair de casa, obrigou a fazer sexo; 89% dos homens consideram inaceitável que a mulher não mantenha a casa em ordem; 85% condenam que ela fique bêbada; 69% que saia com amigos/as, sem o marido; 46%, que ela use roupa que consideram “inadequada”.

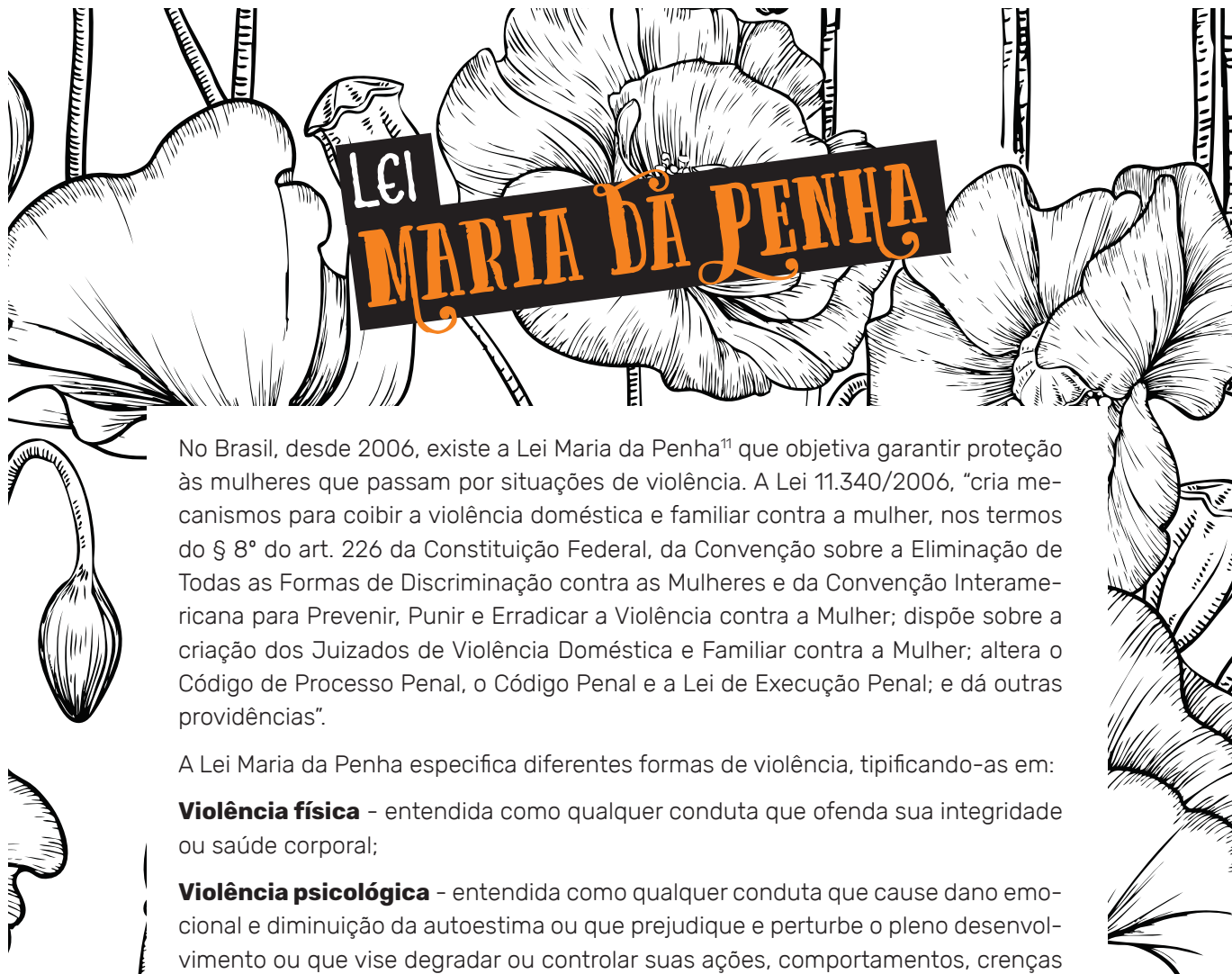
Como os homens são educados para serem violentos, não é incomum a existência de relações fundamentadas no desrespeito e opressão. Práticas de poder e exercício de domínio configuram este tipo de relacionamento e, por isso, muitas mulheres têm dificuldades em romper com relações de abuso e sofrimento físico e/ou psíquico, até mesmo pelo medo de passar novamente por uma outra violência.

Sair de uma relação danosa é muito difícil para inúmeras mulheres, pois a feminilidade atrelada a este gênero as educa para serem comportadas, passivas, calmas, compreensivas e dóceis. Isso faz com que muitas mulheres vítimas de agressão se sintam culpadas pela violência que vivenciaram ou a achem ‘normal’ (até porque muitas vezes assistiram ao mesmo tipo de relacionamento durante a infância). Afinal, seguindo esta lógica, a mulher que não agiu conforme o esperado, ou seja, não entendeu aquele tom de voz alto, não acatou um tapa recebido, não foi condescende com a falta de respeito “merece” ser punida para poder entender “qual é o seu lugar”.

Sobre a Violência de Gênero, o Coletivo Não me Kahlo produziu uma imagem para ilustrar algumas nuances deste tipo de violência:



¹⁰ Fonte: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa_instituto22x44_5.pdf



No Brasil, desde 2006, existe a Lei Maria da Penha¹¹ que objetiva garantir proteção às mulheres que passam por situações de violência. A Lei 11.340/2006, “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências”.

A Lei Maria da Penha especifica diferentes formas de violência, tipificando-as em:

Violência física – entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

Violência psicológica – entendida como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

Violência sexual – entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

Violência patrimonial – entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

Violência moral – entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

A Lei Maria da Penha recebe o nome da farmacêutica Maria da Penha Maia, que batelhou por vinte anos para ver o seu agressor responder pelos crimes de agressão e violência doméstica. No ano de 1983, o marido de Maria da Penha Maia, Marco Antonio Heredia, professor universitário, tentou matá-la duas vezes e, felizmente, não conseguiu consumir o ato. Na primeira tentativa, o marido deu um tiro em Maria da Penha fazendo com que ela ficasse paraplégica; em outro momento, quando ela farmacêutica tinha 38 anos e três filhas, entre 2 e 6 anos de idade, o marido tentou eletrocutá-la.

As tentativas de homicídio foram denunciadas no mesmo ano e as investigações iniciaram em junho de 1983. Porém, a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual em setembro do ano seguinte. Somente em 1992, Heredia foi condenado a oito anos de prisão. Ainda assim, o cumprimento da pena foi protelado, pois ele utilizou de recursos jurídicos para não cumprir a pena que estava prescrita por lei.

Este caso teve uma repercussão significativa e, por isso, chegou até a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Pela primeira vez uma denúncia de um crime de violência doméstica foi considerada por essa Comissão e Heredia foi preso em 28 de outubro de 2002, dez anos após à primeira condenação de prisão. Ele cumpriu apenas dois anos de prisão e seguiu em liberdade.





No dia 09 de março de 2015, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei do feminicídio, alterando o código penal e incluindo outra espécie de homicídio qualificado. A lei 13.105/15 visibiliza e criminaliza atos violentos cometidos contra mulheres, em que o motivo da violência se baseia no gênero de uma pessoa, ou seja, o crime acontece exclusivamente pelo fato daquela pessoa ser uma mulher. O termo “feminicídio” aponta para as questões de gênero e reconhece as desigualdades históricas entre os homens e mulheres, assumindo que dentro de uma hierarquia de gênero, a mulher e/ou aquilo que é considerado “feminino” é culturalmente e historicamente colocado em uma posição subalterna.

O Mapa da Violência 2015 apresentou que apenas no ano de 2013, foram registrados 4.762 assassinatos de mulheres no Brasil. Este número apresenta um panorama, no qual aproximadamente acontecem 13 homicídios de mulheres por dia. Com isso, dentro de um ranking de 83 nações, o Brasil está em quinto lugar, demonstrando ser um país com um dos maiores índices de homicídios contra as mulheres.

É de extrema importância ressaltar que, de acordo com o Mapa da Violência¹², a taxa de assassinatos contra as mulheres negras aumentou 54% no período de dez anos. No ano de 2003 foram registrados 1.864 homicídios contra as mulheres negras e este número passou para 2.975 no ano de 2013, ao passo que houve uma redução de 9,8% no número de assassinatos contra mulheres brancas, em que foram notificados em 2003 o número de 1.747 homicídios e em 2013 este número diminuiu para 1.576.

A diferença entre homicídios contra mulheres brancas e negras precisa ser levada em consideração para que seja possível perceber as nuances e particularidades de cada contexto e de cada crime. O Brasil possui um passado escravocrata e, por mais que legalmente tenha acontecido a abolição da escravidão, existe um histórico de exploração e desumanização que perdura até hoje em relação às pessoas negras. E estas diferenças têm como base a desigualdade racial.

12 <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>

RACISMO É VIOLÊNCIA!

Dentre as diversas formas de violência que esse material aborda, uma delas e, muitas das vezes, a mais naturalizada e invisibilizada é o Racismo¹³. A morte da população negra estampa capas de jornais e revistas e é tema cotidiano de matérias televisivas sobre violência. Mesmo que o “Racismo” não seja abordado de forma direta e seja referido nesses termos.

Se pensarmos que não foram criadas políticas de inclusão e que no período pós-abolição não foram oferecidos trabalhos formais à população negra, casas para morar, acesso à educação formal, se torna compreensível os motivos pelos quais a população negra ocupa locais de vulnerabilidade social, tendo em vista a falta de investimento para o estabelecimento de uma sociedade justa e igualitária.

Segundo o Mapa da Violência de 2014¹⁴ o número de morte de jovens negros aumentou de 79,9% em 2002 para 168,6% em 2012. Ainda de acordo com Mapa da Violência, esses dados representam “um aumento de 111% na vitimização de jovens negros”. Por isso, os movimentos sociais de pessoas negras têm nomeado essas violências brutais de “genocídio da população negra”. Afinal, estão matando cada vez mais jovens negros devido a uma série de ideias preconceituosas e, sobretudo, por conta da desigualdade racial¹⁵ que assola nosso país. Portanto, fica nítida através dessa breve análise de dados, que o racismo é uma das formas de violência mais brutais que perdura até os dias atuais, assombrando famílias e pessoas negras em seu convívio na sociedade.

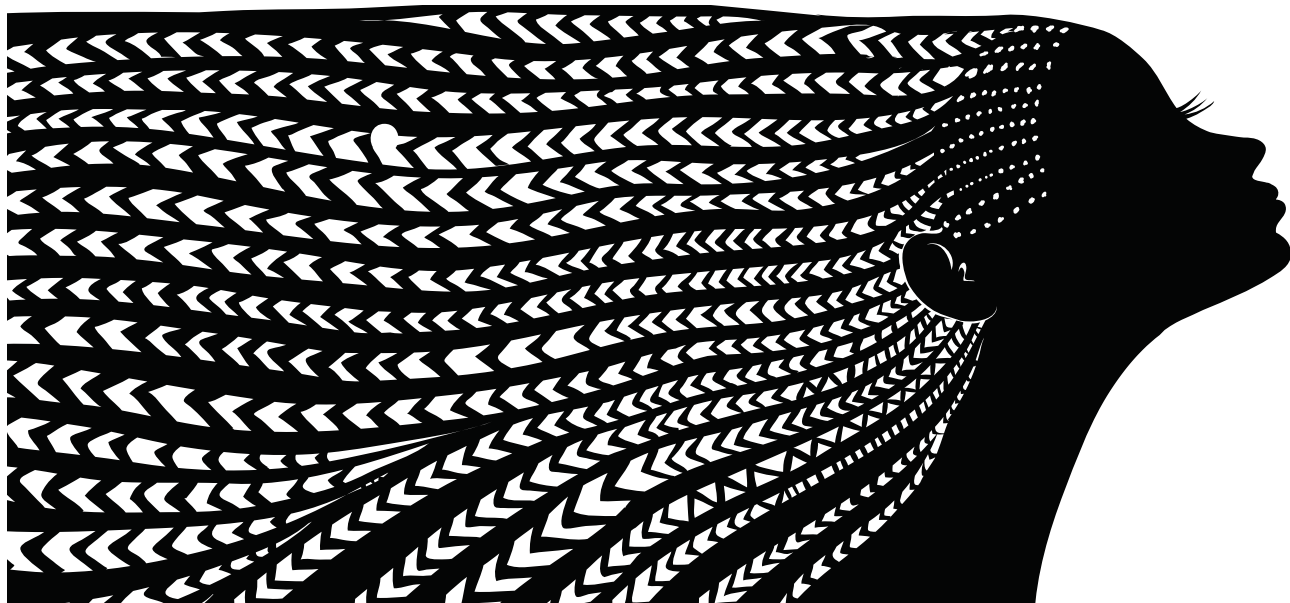
VOCÊ SABIA?

Você sabia que discriminar alguém com base em preconceitos raciais é crime? Desde 1989, a Lei 7.716 está em vigor e visa punir com pena de reclusão quem comete atos preconceituosos ou discriminatórios com base em raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

13 Racismo: É um ato de discriminar as pessoas baseada na raça ou cor da pele e tem como finalidade a diminuição ao a anulação dos direitos humanos das pessoas discriminadas. É uma forma de exercício de poder opressivo. O racismo consiste na ideia de que algumas raças são inferiores a outras atribuindo desigualdades sociais, culturais, políticas, psicológicas à “raça” e, portanto, legitimando as diferenças sociais a partir de supostas diferenças biológicas. Historicamente o racismo tem servido para justificar uma série de genocídios (crimes contra a humanidade e diversas formas de dominação das pessoas)

14 Fonte: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf

15 Desigualdade Racial: Toda e qualquer disparidade socioeconômica sistemática e persistente com base na raça ou cor de pele não-branca com mecanismos de sustentação através do tempo. No caso brasileiro, a desigualdade racial tem origem no regime de escravidão e perdura até os dias atuais por meio da exploração por parte de pessoas brancas em relação a pessoas negras e indígenas. Essa desigualdade se reflete no acesso a bens, serviços, oportunidade e como as relações sociais se estabelecem.



10 EXPRESSÕES RACISTAS PARA DEIXAR DE FALAR JÁ!

1. “AMANHÃ É DIA DE BRANCO”
2. “SERVIÇO DE PRETO”
3. “A COISA TÁ PRETA”
4. “MERCADO NEGRO”
5. “DENEGRIR”
6. “DA COR DO PECADO”
7. “MORENA/O, MULATA/O”
8. “NÃO SOU TUAS NEGAS”
9. “CABELO RUIM, BOMBRIL, CABELO DURO”
10. “NASCEU COM UM PÉ NA COZINHA”

COMO IDENTIFICAR
UM RELACIONAMENTO ABUSIVO?

1 - Ciúme e possessividade: Uma pessoa abusiva tem o costume de reclamar do contato que a vítima do abuso tem com a própria família e com amigos e amigas. Costuma ficar com raiva de colegas de trabalho da vítima sem nenhuma justificativa plausível e alega que, na verdade, está com ciúme e que essa é a sua forma de expressar amor e cuidado. Contudo, essas formas de agir demonstram que a pessoa abusiva vê e age com a vítima como se ela fosse sua propriedade. Um exemplo: O casal está passeando e uma pessoa desconhecida fica olhando fixamente para a vítima de abuso. A pessoa abusiva achará que a vítima e a outra pessoa se conhecem e pode começar um interrogatório: “Quem é? Conhece de onde? Vocês já saíram?”. E por mais que a vítima diga que não sabe quem é aquela pessoa, sua palavra será colocada em dúvida, podendo até mesmo ser acusada/o de estar mentindo. Em nossa sociedade, o ciúme é exaltado através de filmes, novelas e músicas como uma forma de demonstrar amor e carinho por uma pessoa. A cultura do ciúme como demonstração de afeto precisa ser refletida e combatida, pois duvidar, questionar e controlar não significa amar.

2- Controle: Uma pessoa abusiva quer saber tudo o que sua/seu namorada/o fez durante o dia e fica tentando confirmar a veracidade do que foi dito através de testes, perguntas. Pode questionar o motivo de sua/seu namorada/namorado não dedicar mais tempo para ela e demonstra raiva ao notar que não é colocada como centro das atenções. Ou seja, para a pessoa abusiva, a sua vítima não pode investir tempo em outras atividades e só pode ter olhos para ela. É recorrente que a pessoa abusiva ligue diversas vezes durante o dia para saber o que sua/seu namorada/namorado está fazendo e com quem está e, no pior dos casos, pode até mesmo segui-la/lo. Diz o que a vítima deve ou não vestir, como deve se portar, com quem falar e aonde ir.

3- Manipulação: Uma das práticas mais comuns de uma pessoa abusiva é a manipulação. Ela faz com que a vítima de abuso duvide de seus próprios argumentos, de suas certezas e até mesmo da sua saúde mental, afetando a sua compreensão da realidade. Por exemplo: A vítima já teve certeza que tinha todos os argumentos e que estava certa/o, mas quando foi conversar com a pessoa abusiva, começou a se questionar, duvidando daquilo que antes tinha convicção. A vítima estava segura de seu posicionamento e decisões, no entanto, a pessoa abusiva consegue fazer com que ela duvide de si mesma/o. A pessoa abusiva alega que a vítima está louca/o e a responsabiliza por alguma agressão que possa cometer, não precisando ser agressões físicas em si. Ela também diz que a vítima não tem controle sobre seus próprios sentimentos e é instável, sendo que o/a abusador/a provoca este tipo de comportamento, o que acaba afetando a segurança e a confiança da vítima. Uma pessoa abusiva ainda pode ser capaz de dizer que não consegue ser diferente e agir de outro modo e faz com que a vítima tenha pena dela, criando uma relação de dependência emocional e culpa.

4- Mudança de humor: Após uma situação de abuso, violência e/ou agressão, a pessoa abusiva costuma demonstrar que está arrependida e passa a agir amorosamente, se desculpa e pede para que a vítima a ajude a se tornar uma pessoa melhor. Este tipo de atitude se torna um ciclo abusivo, em que a pessoa que comete a

violência passa de um momento de raiva para ternura e faz a vítima acreditar que este episódio de violência não irá mais se repetir. É provável que a pessoa abusiva faça coisas para surpreender sua/seu namorada/namorado após uma situação violenta, podendo comprar coisas caras e fazer programas românticos, como passeios e jantares, para tentar impressionar a vítima.

5- Punição: Se a vítima não faz aquilo que a pessoa abusiva quer, ela pode utilizar de estratégias de punição através de jogo psicológico ou agressão física. Ela pode ficar em silêncio, ignorando a presença da vítima, privando-a de saber o que está acontecendo e justificando que está agindo assim porque a vítima fez algo que ela não gostou. Dessa forma, a vítima da relação abusiva acaba passando por um abuso emocional desgastante por não ter correspondido às expectativas criadas pela pessoa agressora.

6- Ridicularização: A pessoa abusiva ri da vítima, faz piada sobre ela para outras pessoas e costuma zombar de qualquer coisa que a vítima faz. A vítima da relação abusiva tem suas conquistas menosprezadas e não é incentivada a buscar meios de se realizar como pessoa. Ela também pode passar por humilhações, em que a pessoa abusiva pode dizer que não sabe como se apaixonou, colocando a vítima em uma situação de constrangimento.

7- Culpabilização: A pessoa abusiva agride, humilha, briga, controla, faz a vítima duvidar da própria sanidade e justifica que age desta maneira porque, na verdade, é a vítima que causa isso tudo nela. Alega que foi a vítima que provocou toda situação e isso fez com que ela/ele perdesse o controle. Uma pessoa abusiva culpa a vítima por todo mal que faz e não consegue refletir sobre suas atitudes e compreender que está errada.

POR QUE ALGUMAS PESSOAS TÊM DIFICULDADE DE SAIR DE UM RELACIONAMENTO ABUSIVO?

Existem diversos fatores que colaboram para a permanência de pessoas em relações abusivas. Quem nunca vivenciou um relacionamento abusivo, muitas vezes não consegue compreender o que faz uma pessoa continuar em uma relação não-saudável e se submeter à situações de violência. O importante neste momento é não julgar ou responsabilizar a vítima e tentar apoiá-la para que ela saia dessa relação. Infelizmente as pessoas entram nesta dinâmica violenta de relacionamento e podem até não querer romper com a pessoa agressora de imediato. No entanto, ninguém deseja ser violentada/o, humilhada/o e/ou culpabilizada/o.

Segundo o *Love is respect*¹⁶, algumas das causas para que uma pessoa não dê um basta em seu/sua agressor/a são:

Medo: Se a vítima já sofreu ameaça do seu agressor/a, sobre o que pode vir acontecer caso ela termine o relacionamento, é comum sentir medo. Algumas tragédias acontecem após esta decisão. E é necessário que se tenha atenção no caso de

¹⁶ Fonte: <http://www.loveisrespect.org/>

ameaças, pois a vítima pode não se sentir segura para dar um basta. A vítima também pode sentir medo da reação das outras pessoas à sua volta, pois ela pode ser julgada e exposta por ter mantido uma relação abusiva.

Normalização do abuso: Geralmente, pessoas que vivenciaram abusos dentro de sua família acreditam que este é o único modo de se relacionar e acabam naturalizando e não reconhecendo que estão em um relacionamento abusivo.

Vergonha: Não é fácil reconhecer e admitir já ter vivenciado ou estar vivenciando um relacionamento abusivo. Muitas pessoas se sentem constrangidas ao assumir que já passaram por situações de violência em relacionamentos. Seja porque é sofrido, seja pelo julgamento de outras pessoas.

Falsa esperança: Acreditar que a/o parceira/o irá mudar e se transformará em uma pessoa melhor é um dos motivos que faz uma pessoa continuar investindo neste tipo de relação. Nesse caso, nutrir esperanças que os abusos irão cessar e tudo ficará bem dificulta o “ponto final”.

Pressão social: Se a pessoa que comete o abuso for uma pessoa influente nos círculos sociais, seja em contextos familiares ou de amizades, a vítima pode se sentir acuada para realizar a denúncia, pois as pessoas podem não acreditar no seu relato e tomar partido do agressor.

Filhas e/ou filhas: A vítima pode desejar criar suas filhas e/ou filhos junto de sua/seu companheira/o, mesmo que isso implique continuar passando por situações de abuso e violência.

Religião: Certas vertentes religiosas condenam o término de relacionamentos, defendendo que as pessoas precisam passar por “quaisquer situações” juntas. Com isso, a vítima pode acreditar que o certo é estar nesse relacionamento abusivo, devido à sua crença religiosa.

Situação socioeconômica: Muitas vítimas não conseguem sair de uma relação abusiva por dependerem financeiramente de sua/seu parceira/o. A dependência financeira dificulta diretamente na autonomia da vítima, até mesmo para conseguir se instalar em um novo local e administrar coisas básicas em sua vida, como alimentação, por exemplo.

Descrença do seu relato: É comum vermos questionamentos sobre a veracidade do relato de uma vítima, em que a base do argumento se fundamenta na pergunta: “Será que isso aconteceu mesmo?”. A pesquisadora Beatriz Accioli Lins fez um trabalho chamado *A Lei nas entrelinhas*¹⁷. *A lei Maria da Penha e o trabalho policial em duas Delegacias de Defesa da Mulher de São Paulo* e, durante sua pesquisa ela entrevistou uma delegada que disse: “lidar com mulher é difícil, lidar só com mulher, então... Mulher é muito mentirosa. Você vai escutar o cara e descobre que não é nada do que ela contou, ela inventou para ferrar mesmo”. Ou seja, até mesmo as/os agentes legais duvidam do relato de uma vítima e, se ela for mulher, a situação fica ainda mais grave. Desta forma, a vítima pode não se sentir segura o suficiente para realizar a denúncia e pedir ajuda. Afinal, se não acreditam nela, para que ela iria denunciar?

17 Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-06052015-171621/pt-br.php>

COMO AJUDAR UMA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA?

Para uma vítima, conseguir falar sobre a violência pela qual passou é um grande passo e indica um pedido de ajuda. Por isso, não julgar é fundamental, uma vez que a vítima pode ter permanecido e/ou permanecer em um relacionamento abusivo e violento por diversos motivos que não nos cabem avaliar a partir de nossas próprias concepções. Dependência financeira e dependência emocional, por exemplo, podem ser motivos pelos quais a vítima não conseguiu procurar ajuda antes de a violência acontecer.

Uma das maneiras de ajudar uma vítima é explicar sobre os direitos que todas as pessoas têm em situações de violência, independente de gênero, raça e classe social.

As mulheres que são vítimas de violência podem recorrer a todas as delegacias. No entanto, existem Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) que são específicas para estes tipos de atendimentos. A mulher vítima também poder recorrer à Defensorias Públicas e Juizados Especiais, que se encontram em Conselhos Estaduais dos Direitos das Mulheres. Outro dispositivo que funciona como canal para orientação sobre direitos e serviços públicos para mulheres vítimas de violência é o **Ligue 180**. Ele faz parte do Central de Atendimento à Mulher e a ligação é gratuita.



MITOS E VERDADES

As mulheres gostam de apanhar, por isso que não saem de casa ou quando saem, voltam - Nenhuma pessoa gosta de passar por uma violência, de apanhar ou sentir dor. Existem muitas razões para uma mulher não conseguir romper e colocar um ponto final em um relacionamento abusivo, dentre elas: a esperança de que a pessoa irá mudar, dependência financeira, ameaças do companheiro. A estigmatização e o preconceito que a sociedade tem com uma vítima de violência doméstica dificulta a denúncia da vítima e um pedido de ajuda, pois ela pode se sentir julgada e sentir vergonha de relatar a violência que sofreu.

Mulheres pobres são mais agredidas que mulheres ricas - Este tipo de pensamento é fruto da criminalização da pobreza. Não existe nível socioeconômico que influencie diretamente na violência doméstica. A violência não tem classe social, podendo mulheres ricas ou de classes privilegiadas serem agredidas por seus companheiros. Contudo, mulheres que são mais pobres encontram-se em situações de maior vulnerabilidade para conseguirem sair de relações violentas, às vezes pela falta de independência financeira e/ou pela dificuldade de acesso a serviços de assistência à vítimas de violência.

Bater também educa - Nenhum tipo de agressão é capaz de promover educação, isto é, a violência e punição não são métodos eficazes de aprendizagem. A melhor forma de educar alguém é estimular a reflexão e compreensão através do diálogo, questionando e conversando sobre os conflitos existentes em uma relação.



ANTES DAS ATIVIDADES

Cada vez mais as pessoas têm acesso a discussões de forma rápida e possuem a oportunidade de construir um conhecimento sobre diversos assuntos. As redes sociais e sites de pesquisa podem ter um papel informativo e pedagógico para que as pessoas que tenham interesse em assuntos em comum possam trocar ideias e reflexões. Isso faz com que muitas vezes alunas/os cheguem à sala de aula ou em espaços educativos com uma boa discussão sobre alguns temas, pois já pesquisaram por assuntos específicos e talvez até já tenham realizado ou participado de debates em seus espaços sociais, com amigas/os e/ou família.

Por isso, antes de iniciar as atividades, pode ser interessante se perguntar: como está a discussão na sala de aula? As pessoas já tiveram contato com os debates sobre os temas a serem abordados? Qual é o nível de entendimento que a turma possui sobre determinado assunto? É importante observar em qual momento a turma está na discussão, pois, a partir disso é possível escolher quais atividades trabalhar e pensar em uma abordagem que seja mais produtiva para aquele grupo específico. Uma das coisas que pode ser utilizada para saber como está a discussão é iniciar o debate perguntando ao grupo sobre *o que já ouviram falar sobre aquele assunto ou o que pensam em relação a ele*. Com essa pergunta, pode ser possível construir um caminho melhor e de acordo com a turma para trabalhar os temas em grupo.

Sobre o tema da violência é importante perceber se as pessoas conseguem observar quais são as várias formas de violências e se conseguem identificar de onde elas, isto é, como elas são construídas socialmente e não como sendo parte do ser humano. Quando se fala em violência é comum pensar que ela se manifesta apenas em forma de agressão física e as outras formas são mais esquecidas ou secundarizadas. Uma dica para trabalhar estes temas que abordam o tema da(s) Violência(s) com um grupo que já esteja mais avançado na discussão é partir para o questionamento e a problematização sobre o gênero, a raça/etnia, a orientação sexual, a localização geográfica de uma pessoa que é vítima de violência, ou seja, começar a explorar quais são os corpos mais sujeitos a sofrerem preconceito, discriminação e violência(s).

É comum chegarmos ao final de um trabalho e pensarmos: será que fez diferença? Uma das coisas que pode ser utilizada para saber como está a discussão são os roteiros de perguntas a serem feitas individualmente por cada participante antes do início da conversa. Para isso, ao fim desse volume, você poderá acessar uma sugestão de questionário que pode ser aplicado junto aos estudantes. É importante lembrar que a sugestão de roteiro de perguntas não é uma avaliação de conhecimento do/a estudante sobre o tema, mas uma forma de você, educador/a, perceber quais são as opiniões das pessoas participantes acerca do tema proposto. Vale ressaltar, que para garantir respostas mais fidedignas, é importante não nomear ou identificar os questionários. Essa informação pode ser passada para o grupo logo no início do encontro, com a finalidade de tranquilizá-los no que diz respeito à confidencialidade e privacidade de suas respostas.

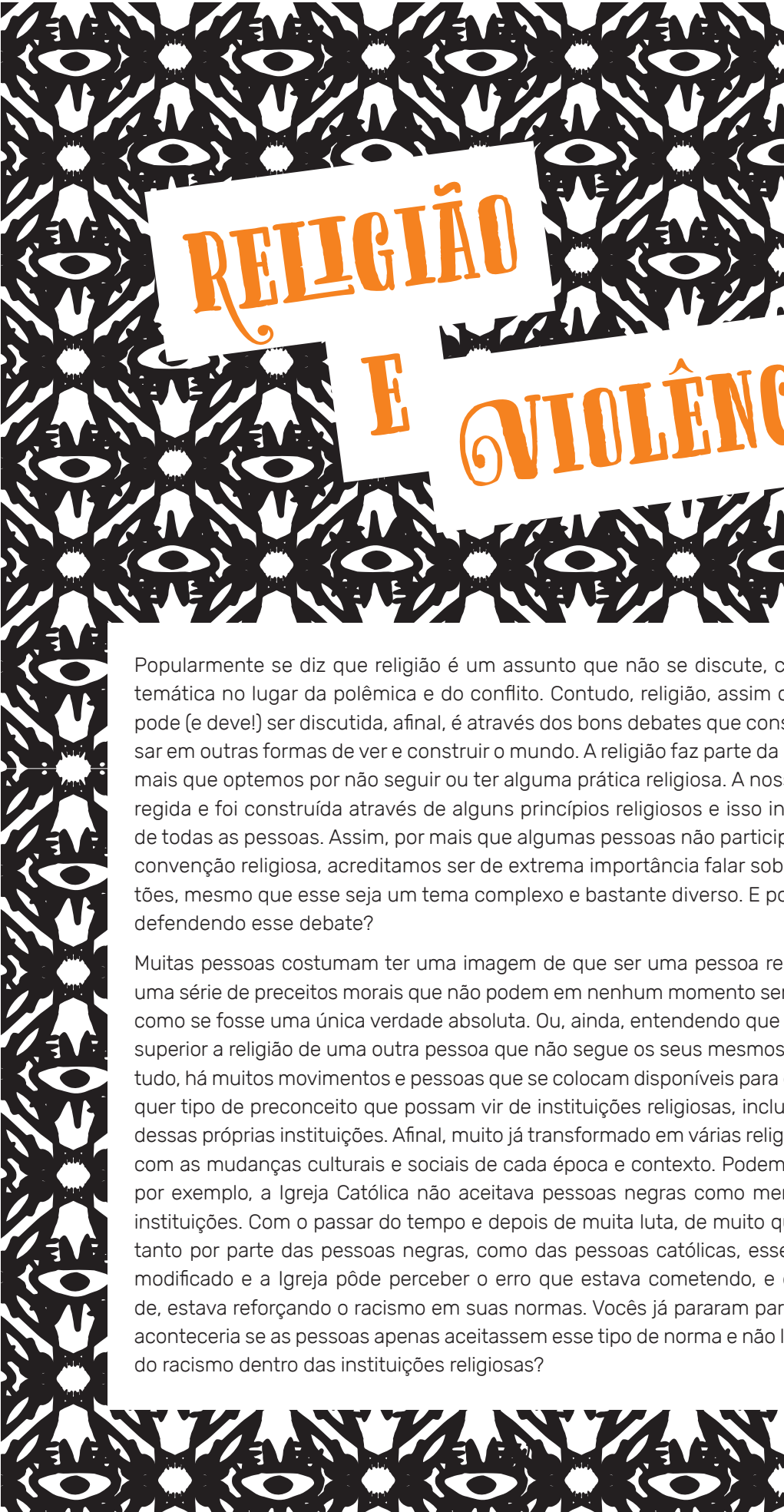
DICA PARA DISCUSSÃO SOBRE VIOLÊNCIA COM MENINAS E MENINOS

Violência sempre é um tema delicado de abordar e pautar uma discussão. Quando se fala sobre violência em grupo é possível que algumas pessoas relatem sobre as várias agressões que vivenciaram em suas vidas. Por isso, resolvemos dar uma dica para situações em que as discussões sobre violência acontecerão de forma mais enfática.

Para que as pessoas se sintam à vontade, você pode separar os grupos em meninas e meninos, por exemplo. Dessa forma, as meninas que usualmente são violentadas em relação ao seu gênero, podem relatar os casos sem se sentirem intimidadas pela presença dos meninos. Da mesma forma, os meninos poderão falar sobre aquilo que é cobrado deles, de uma determinada masculinidade, tentando desconstruir cada vez mais o sexismo que está instalado neles e na sociedade, sem se sentirem tímidos na frente das meninas.

Se você achar necessário, pode também separar as pessoas por outros grupos. Por exemplo, se houver necessidade de falar mais sobre questões LGBTI, é possível fazer também um grupo para discutir as violências que acometem pessoas LGBTI, atentando sempre para que não aconteça nenhuma situação de exposição ou constrangimento. No grupo de pessoas que não são LGBTI, uma estratégia é promover uma discussão sobre heteronormatividade e cishnormatividade presentes em nossa sociedade e as consequências que elas produzem na vida de todas as pessoas.





RELIGIÃO E VIOLÊNCIA

Popularmente se diz que religião é um assunto que não se discute, colocando essa temática no lugar da polêmica e do conflito. Contudo, religião, assim como a política pode (e deve!) ser discutida, afinal, é através dos bons debates que conseguimos pensar em outras formas de ver e construir o mundo. A religião faz parte da nossa vida, por mais que optemos por não seguir ou ter alguma prática religiosa. A nossa sociedade é regida e foi construída através de alguns princípios religiosos e isso influencia a vida de todas as pessoas. Assim, por mais que algumas pessoas não participem de alguma convenção religiosa, acreditamos ser de extrema importância falar sobre essas questões, mesmo que esse seja um tema complexo e bastante diverso. E por que estamos defendendo esse debate?

Muitas pessoas costumam ter uma imagem de que ser uma pessoa religiosa é seguir uma série de preceitos morais que não podem em nenhum momento ser questionados, como se fosse uma única verdade absoluta. Ou, ainda, entendendo que a sua religião é superior a religião de uma outra pessoa que não segue os seus mesmos dogmas. Contudo, há muitos movimentos e pessoas que se colocam disponíveis para enfrentar qualquer tipo de preconceito que possam vir de instituições religiosas, inclusive no interior dessas próprias instituições. Afinal, muito já transformado em várias religiões, de acordo com as mudanças culturais e sociais de cada época e contexto. Podemos pensar que, por exemplo, a Igreja Católica não aceitava pessoas negras como membros de suas instituições. Com o passar do tempo e depois de muita luta, de muito questionamento tanto por parte das pessoas negras, como das pessoas católicas, esse regimento foi modificado e a Igreja pôde perceber o erro que estava cometendo, e que, na verdade, estava reforçando o racismo em suas normas. Vocês já pararam para pensar o que aconteceria se as pessoas apenas aceitassem esse tipo de norma e não lutasse pelo fim do racismo dentro das instituições religiosas?

Nessa mesma perspectiva, existem movimentos feministas e LGBT dentro de várias instituições religiosas. Esses movimentos lutam pelo direito das mulheres e das pessoas LGBTs e debatem a importância de falar sobre a vivência dessas pessoas numa perspectiva que não seja machista, homofóbica, lesbofóbica, bifóbica e transfóbica. Ou seja, debate-se a importância de construir uma religião que tenha seus rituais espirituais e suas crenças filosóficas, mas que isso não interfira de forma violenta a vida e os corpos das pessoas. Esse tipo de crítica vinda de pessoas que exercem os preceitos religiosos em suas vidas é muito interessante, uma vez que permite a construção de uma religião mais comprometida com a ética e com o respeito, uma religião comprometida com o fim dos preconceitos e da violência.

Na religião católica, temos o exemplo das Católicas Pelo Direito de Decidir, um movimento que se “propõem a articular as ideias do feminismo com o cristianismo, buscando argumentação teológica consistente e oferecendo a possibilidade de encarar a sexualidade como algo positivo, que pode nos fazer felizes, sem nos sentirmos culpadas”¹⁸. Outro grupo que se mobiliza através das redes sociais e busca questionar condutas religiosas, observando as questões e as transformações sociais é a Frente Evangélica Pela Legalização do Aborto¹⁹. Com isso, pode-se observar grupos no interior de instituições religiosas que fazem o esforço de questionar as normas sociais que produzem violências, a fim de construir uma sociedade e uma religião mais justas e igualitárias.

Outro ponto que devemos discutir em relação às religiões é a questão da intolerância religiosa. Faz-se necessário entender o motivo pelo qual algumas religiões são mais aceitas do que as outras, como algumas religiões são entendidas como oficiais e superiores a outras. Afinal, por que algumas religiões são motivos de “piadas” entre alguns grupos e os membros dessas religiões passam por uma série de violências? Por exemplo, você já ouviu a expressão “chuta que é macumba” ou “isso é coisa de macumbeiro”? Utilizamos esse tipo de frase para nos referirmos às religiões de matriz africana, dando a entender que pessoas dessa religião não merecem respeito, que essa religião é menos legítima que outras, além de desqualificar suas práticas religiosas, suas lutas diárias e conquistas em sua vida, alegando que as pessoas se utilizaram de “magias ocultas” para conseguirem tudo aquilo que desejaram.

É importante destacar o quanto o preconceito contra as religiões de matriz africana está ligado a uma estrutura social racista, uma vez que essas religiões foram trazidas para o Brasil por pessoas negras. Podemos ver exemplos de intolerância religiosa com práticas racistas quando vemos a destruição de terreiros com o intuito de impedir que as pessoas pratiquem suas crenças, a violência estrutural quando nem passa pela nossa cabeça que determinada pessoa pode proferir a fé de religiões de matriz africana, o preconceito que as crianças e adolescentes candomblecistas e umbandistas sofrem nas escolas quando precisam realizar algum

18 Disponível em: <http://catolicas.org.br/institucional-2/historico/>

19 Disponível em: https://www.facebook.com/frenteevangelicapelalegalizacaodoaborto/?ref=br_rs

preceito religioso e frequentar as aulas com as vestes específicas da sua religião. Afinal, podemos nos questionar: qual o problema de pessoas acreditarem e viverem algo diferente das religiões que são vistas como oficiais, são entendidas como hegemônicas? O que afeta na nossa vida se alguma pessoa profere uma fé diferente da nossa ou até mesmo não profere fé alguma?

A maioria das religiões prega o respeito e o amor pelo próximo/a, sendo assim, é importante também respeitarmos as pessoas e as crenças diferentes daquelas que seguimos!

Seguem abaixo, links com temáticas sobre religião e a crítica aos preconceitos:

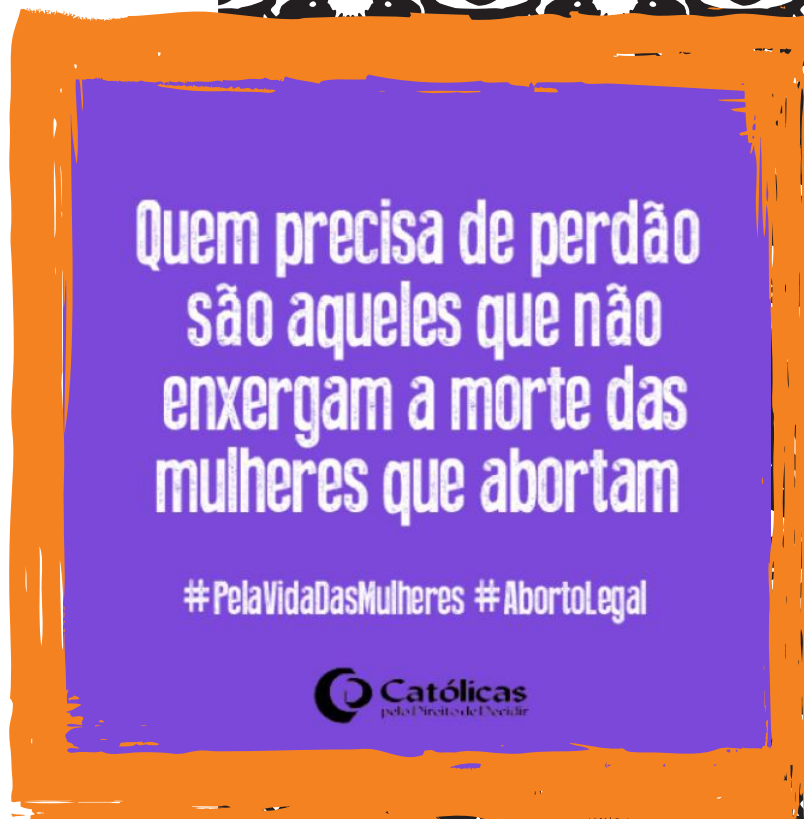
15 coisas que pessoas de religiões de matriz afro gostariam de te dizer

https://www.buzzfeed.com/ramosaline/coisas-que-pessoas-de-religoes-de-matriz-afro-gostariam?utm_term=.pryaV0G5xj#.mtepj2Wk0z

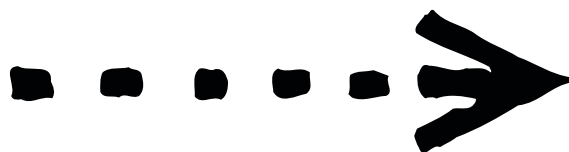
Os argumentos das católicas brasileiras que, há 25 anos, defendem o aborto

<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-42372359>





ATIVIDADES



ATIVIDADE 1

O QUE É VIOLÊNCIA?

Objetivo: Identificar diferentes tipos de violência e refletir sobre tipos particulares de violência que acontecem nas famílias e nos relacionamentos íntimos.

Duração: 1h - 2h

Materiais necessários: Folhas grandes de papel, canetas ou lápis, fita adesiva e cópias da Folha de Apoio 8.

Notas de planejamento: Revise os estudos de caso da Folha de Apoio 8 e selecione até 4 histórias para discutir durante a atividade. Os estudos de caso descrevem diversos exemplos de violência, incluindo violência de homens contra mulheres, de mulheres contra homens e outras mulheres e pais que usam violência contra seus filhos. Se necessário, você pode fazer adaptações dessas histórias ou criar novas. Se o grupo puder dedicar mais de uma seção a esta atividade, você poderá fazer a discussão de todas as histórias em sessões. Antes de apresentar esta ou a outra atividade sobre violência, você deve fazer uma pesquisa local sobre informações relevantes, incluindo a existência de leis e suporte social para todos que sofreram violência. Também esteja preparada/o para encaminhar a participante para serviços apropriados se ela revelar ter sido vítima de violência ou abuso.

Passo a passo:

1. Explique às/ aos participantes que o objetivo desta atividade é promover uma discussão sobre os diferentes tipos de violência que existem.
2. Divida as/os participantes em 3 ou 4 grupos menores. Cada um dos grupos receberá uma folha de flip-chart. As/os participantes deverão escrever qual a definição de violência, refletindo sobre o que isto significa para elas/ eles. Para os grupos pouco letrados, pode-se ainda desenhar o que violência significa.
3. Peça aos grupos, um a um, para apresentar as suas definições de violência. Destaque as principais ideias e conceitos-chave de cada um dos grupos e coloque-os num grande pedaço de papel ou num quadro com giz.
4. Introduza a ideia (a partir das definições levantadas pelo grupo) de que os atos de violência podem ser divididos em três categorias: física, emocional/ psicológica e sexual (ver caixa sobre formas de exercer a violência na introdução deste capítulo).
5. Dê a cada grupo uma história. Peça às/os participantes para lerem a história ou ler as histórias em voz alta. Dê cerca de 15 - 20 minutos para discussão sobre os tipos de violência que aparecem nas histórias.

6. Peça a cada grupo para apresentar sua história e suas reflexões e depois abra para debate com as perguntas para discussão.

Passo opcional: Para que as/os participantes compreendam melhor o processo dos diversos tipos de violência de modo mais visual, pode-se desenhar uma árvore, com raízes, tronco e galhos. Deste modo, nas raízes podem ser escritas as várias causas, no tronco, os tipos de violência e nos galhos, as consequências/efeitos.

Perguntas para discussão:

- Estas situações podem acontecer na realidade?
- Existem violências que estão relacionadas ao sexo da pessoa? Qual o tipo de violência mais comum praticada contra as mulheres? E contra os homens?
- Apenas os homens são violentos ou as mulheres também são? Qual o tipo de violência mais comum que as mulheres usam contra outras pessoas? É o mesmo tipo que os homens usam?
- Quais são os tipos de violência mais comuns que ocorrem em um relacionamento íntimo?
- Alguma pessoa, seja homem ou mulher, “merece” apanhar ou sofrer algum tipo de violência? Por quê?
- Existe alguma relação entre poder e violência? Explique. (Incentive as participantes a pensarem sobre os diferentes tipos de poder que uma pessoa pode ter sobre outra e a relação disto com violência. Se ajudar, refira-se a Atividade “Pessoas e Coisas”).
- Quais são as consequências da violência para os indivíduos? Para o casal? Para a comunidade?
- O que você aprendeu com esta atividade? Você aprendeu alguma coisa que poderia ser aplicada em sua própria vida ou relacionamentos?

Fechamento: No seu nível mais básico, a violência é uma forma de exercer controle ou poder sobre outra pessoa. A violência acontece quando alguém abusa de uma situação de poder. Quando falamos sobre violência, pensamos principalmente na agressão física. É importante, entretanto, pensar em outras formas de violência, assim como em contextos e circunstâncias diferentes em que a violência acontece. Seja contra mulheres, crianças, homens, idosos/as, indivíduos de diferentes grupos religiosos ou orientações sexuais, a violência é sempre uma violação dos direitos humanos. A violência contra a mulher está enraizada no desequilíbrio de poder que existe entre homens e mulheres. Isso acontece por causa dos papéis de gênero, ou seja, dos papéis atribuídos aos homens ou às mulheres. Por exemplo, o homem não somente tem mais força fisicamente, mas também a ele é conferido um poder que resulta de posição social, incluindo o poder financeiro, sobre a mulher. O poder também surge a partir da diferença de geração, por exemplo, entre irmão mais velho e irmã (que também tem componente de gênero) ou entre pai e filho ou filha.

Folhas de Apoio 8:

- William convidou Suzana para passear. Conversaram um pouco, lancharam e William a convidou para ir a um motel, dizendo que ele tinha dinheiro para passarem algumas horas lá. Suzana disse que sim. Eles foram para o motel e começaram a se beijar. William começou a tirar sua roupa. Mas Suzana disse a ele que não queria transar. William ficou furioso. Disse a ela que havia gastado muito dinheiro com o quarto, e falou: “O que é que os meus amigos vão dizer?” Ele queria forçar uma barra para convencê-la. (Retirado da atividade “O Bastão Falante” do Manual “Da Violência para a Convivência” do Programa H).
- Maria namora Ricardo há poucos meses. Recentemente, Ricardo começou a questionar o seu comportamento. Ele sempre pergunta a Maria com quem ela conversa na aula, por que ela não estava em casa quando ele ligou e por que ela passa parte do seu dia conversando com suas amigas, quando poderia estar com ele. Maria tenta não dar muita atenção a estes comentários, mas ultimamente Ricardo tem falado de forma rude e ficado muito nervoso. Tem xingado e gritado com ela nos corredores da escola e depois pede desculpas. Na noite passada, ele bateu nela. Ele diz que está chateado porque ele a ama, mas ela “o deixa louco” de ciúmes.
- Isadora está namorando há um ano. Recentemente, o namorado dela tem falado que ela está acima do peso e que está com vergonha de sair com ela. Ele faz comentários o tempo todo sobre o corpo de outras mulheres e o quanto Isadora ficaria mais sexy se perdesse peso. Ele mal a deixa comer. Ele diz que quando ela emagrecer, eles podem noivar.
- Fernanda mal tinha começado o Ensino Médio quando conheceu João. Ele era diferente dos outros caras que ela já tinha conhecido. Foi o primeiro amor da vida dela e ela queria passar todo seu tempo livre com ele. Parou de sair com suas amigas e as suas notas caíram. Ela estava mentindo constantemente para seus pais sobre com quem estava e, por isso, não poderia vê-lo o tempo todo. Ele era muito ciumento e Fernanda não poderia ter nenhum amigo homem sem que ele ficasse com raiva. Depois de saírem por dois meses, eles começaram a brigar muito porque ela não queria transar com ele. Um dia eles tiveram uma briga feia e ele bateu nela.
- Renata e João estão namorando há alguns meses. Renata ainda está cursando o Ensino Médio e João se formou no ano passado. Desde então, João tem tentado encontrar um emprego estável, mas não tem tido sorte. Ultimamente, Renata tem feito comentários sobre o ex-namorado, dizendo que ele tinha um bom emprego, que sempre a levava para bons restaurantes e comprava presentes para ela. Ela começou a chamar João de preguiçoso e burro, dizendo que se ele fosse um “homem de verdade” ele já teria arrumado um emprego.
- Ana tem 21 anos de idade e mora numa cidade turística. No ano passado, ela conheceu um estrangeiro, banqueiro, com quem começou a namorar. Ela não contou sobre o namoro para sua família. Apesar de ser mais velho, ela gostava

de sair com ele, especialmente quando ele a levava para restaurantes caros e boates chiques. No fim de sua viagem, ele a convenceu a acompanhá-lo a seu país de origem. Ele prometeu que seria fácil conseguir um emprego, e Ana aceitou o convite. Depois de chegar lá, ele imediatamente pegou seu passaporte e mostrou-se extremamente controlador, e às vezes fisicamente agressivo. Ela também descobriu que ele não era banqueiro e que não tinha muito dinheiro. Ana se sentiu muito isolada, sem amigos ou família e sem conhecer a língua local. Ele a pressionou para trabalhar como stripper, um trabalho duro, e que incluía ofertas diárias para se prostituir.

- Tatiana saiu com o seu namorado, Paulo, e seus amigos para dançar. Enquanto a festa estava rolando e todo mundo dançando, Tatiana reparou que outra moça estava dançando em frente a Paulo e se aproximou cada vez mais. Tatiana entrou rapidinho para separar os dois e indicar que o Paulo andava com ela. A moça recuou. Passado um tempo, Tatiana foi tomar algo no bar com outra amiga, deixando Paulo com os amigos. Quando ela voltou, a moça tinha voltado só que desta vez estava dançando de uma maneira muito sensual junto dele. Tatiana se irritou, largou o copo e foi atrás dessa mocinha com toda raiva, puxando o cabelo dela que estava solto.
- Susana tem um filho de 11 anos, Henrique, que é muito criativo e cheio de energia. Entretanto, ele está sempre tendo problemas na escola por uma coisa
- ou outra. O marido de Susana, João, geralmente a culpa pelo mau comportamento do filho, dizendo que ela gasta muito tempo em seu trabalho, quando deveria estar em casa, cuidando de Henrique. Um dia, Susana e seu marido entraram em uma discussão e ele bateu nela. Machucada e nervosa, Susana deu uns tapas em Henrique, dizendo que ele era um filho ingrato que só lhe trazia problemas.

ATIVIDADE 2

PESSOAS E COISAS

Objetivo: Facilitar o reconhecimento da existência de relações de poder e seu impacto sobre as pessoas e seus relacionamentos

Duração: 1h - 2h

Materiais necessários: Papel e caneta para as/ os observadores, Fichas de apoio – Pessoas e Coisas para todas/os (em anexo).

Passo a passo:

1. Divida as/os participantes em três grupos. Cada grupo deve ter o mesmo número de participantes. NOTA: Se o número de participantes não corresponder a uma divisão exata, coloque participantes extras para o terceiro grupo que, como descrito abaixo, serão observadoras/es.

2. Informe que o nome da atividade é: Pessoas e Coisas. Escolha, aleatoriamente, um grupo para ser “coisas” outro para ser “pessoas” e o último para ser “observadoras/es”.
3. Leia as regras para cada grupo:
 - COISAS: As coisas não podem pensar, não sentem, não podem tomar decisões, têm que fazer aquilo que as pessoas ordenam. Se uma coisa quer se mover ou fazer algo, tem que pedir permissão à pessoa.
 - PESSOAS: As pessoas pensam, podem tomar decisões, sentem e, além disso, podem pegar as coisas que querem.
 - OBSERVADORES/AS: Observam em silêncio, registrando o que está acontecendo.
4. Peça para o grupo de “pessoas” pegar as “coisas” e fazer com elas o que quiser.
5. Dê ao grupo cinco minutos para que cumpram seus papéis de pessoas ou coisas.
6. Peça ao grupo que volte ao seu lugar e use as perguntas abaixo para facilitar a discussão. Distribua a ficha de apoio – Pessoas e coisas, para todas/os.

Perguntas para discussão:

Para as “coisas”:

- Como foi tratada por sua “pessoa”? Como se sentiu sendo tratada como coisa? Você se sentiu impotente?
- Por que sim ou por que não?

Para as “pessoas”:

- Como você tratou sua “coisa”? Como se sentiu tratando alguém como “coisa”?
- Você se sentiu poderosa? Por que sim ou por que não?
- Por que as “coisas” obedeceram às ordens das “pessoas”?
- Houve pessoas do grupo de “coisas” ou “pessoas” que resistiram ao exercício?
- Em nossa vida cotidiana, nós somos tratadas como “coisas”?
- Quem nos trata assim? Por quê?
- Nós tratamos outras pessoas como “coisas”? Quem? Por quê?

Para as/os observadoras/es:

- Como se sentiu observando sem dizer nada? Você gostaria de ter interferido?
- Se sim, o que você poderia ter feito?
- Na vida cotidiana, nós somos “observadores” de situações em que algumas pessoas tratam outras como “coisas”? Nós interferimos? Por que sim? Por que não?

- Por que as pessoas tratam os outros dessa maneira?
- Quais são as consequências de um relacionamento em que uma pessoa trata a outra como “coisa”?
- O que é poder? Quais são os tipos de poder?
- Como uma sociedade/cultura perpetua ou apoia esse tipo de relacionamento?
- Se você tivesse a chance de escolher entre os três grupos, o que você teria escolhido ser? Por quê?
- O que aprendemos durante esta atividade? Existe algo que poderia ser aplicado em nossas próprias vidas e relacionamentos?

Fechamento:

Existem diferentes tipos de relacionamento. Em alguns deles, uma pessoa pode exercer poder sobre outra, por exemplo, nas relações entre homens e mulheres, jovens e adultos, pais e filhos, alunos e professores, chefes e empregados.

Algumas vezes, o desequilíbrio de poder nesses relacionamentos pode levar uma pessoa a tratar a outra como objeto. O poder desigual entre homens e mulheres em relacionamentos íntimos pode ter uma séria repercussão para a vulnerabilidade em relação às IST ²⁰, HIV/AIDS e gravidez na adolescência. Muitas vezes a mulher não tem poder para dizer quando e como o sexo deve ocorrer, ou mesmo se a camisinha deve ser usada, devido às crenças enraizadas de que o homem deve se encarregar das decisões sobre sexo e de que as mulheres devem ser passivas. Em outros casos, a mulher que é financeiramente dependente do parceiro pode achar que ela não tem poder de dizer não ao sexo.

Folhas de apoio (ANEXO):

O que é poder?

Geralmente quando pensamos em ‘poder’, o que vem à nossa cabeça é ter o controle sobre alguém ou uma situação de maneira negativa, geralmente associada ao uso de repressão, força, corrupção, discriminação e abuso. Quando usamos este tipo de poder, não reconhecemos que todas as pessoas têm direitos, independentemente de gênero, classe, etnia e orientação sexual. Este é o chamado poder sobre.

Existem outros tipos de poder:

- Poder com: baseia-se na força coletiva – ter poder com outras pessoas ou grupos, encontrar um ponto comum entre diferentes interesses e construir uma meta comum entre diferentes interesses e construir uma meta comum que beneficie a todos. Este tipo de poder multiplica e está baseado no apoio, na solidariedade e na colaboração.
- Poder para: refere-se à habilidade para conformar e influenciar a própria vida. Significa ter recursos, ideias, conhecimentos, ferramentas e habilidades para convencer a si mesmo e aos outros para fazer algo.

20 Infecções sexualmente transmissíveis

- Poder interior: implica em ter um sentimento de autoconfiança e de valorização de si mesmo. Inclui-se nesta forma de poder a habilidade de imaginar uma vida melhor para si, ter esperança, e ainda a consciência de que se têm direitos.

ATIVIDADE 3

VARAL DA VIOLÊNCIA

Objetivo: Compreender as diferentes violências que ocorrem no cotidiano e discutir sobre como é possível lidar com essa situação na escola, na comunidade e em outros espaços.

Duração: 1h - 2h

Materiais necessários: Barbante para o varal, fita crepe, 4 folhas de papel tamanho A4 ou equivalente (preferência já utilizadas e recicladas) para cada participante, prendedores de roupa.

Passo a passo:

1. Previamente, coloque quatro varais no espaço em que irá ocorrer a atividade.
2. Distribua quatro folhas de papel para cada participante e peça que escrevam na primeira folha quais foram as violências que elas ou eles já viveram na escola, na localidade ou em outros espaços. Peça que, ao terminarem, coloquem essas violências em um dos varais.
3. Em seguida, solicite que escrevam em outra folha, quais foram as violências que elas ou eles já praticaram contra outras pessoas. Quando terminarem, peça que coloquem essas violências no segundo varal.
4. Na terceira folha, elas ou eles deverão escrever como se sentem quando são vítimas de algum tipo de violência e colocar as folhas em um novo varal.
5. Finalmente, na quarta folha, peça que escrevam como se sentem quando são violentos com alguma pessoa.
6. Quando todos os varais estiverem com as folhas, leia o que foi escrito e coloque em cada um deles, computando as situações que mais apareceram.
7. Abra para o debate.

Perguntas para discussão:

- Qual é o tipo mais comum de violência que acontece entre as/os jovens?
- Existe alguma violência que seja pior do que outra?
- Onde podemos procurar por ajuda caso soframos algum tipo de violência?
- O que podemos fazer para prevenir situações de violência na família, na escola, no local em que vivemos e em outros espaços?

Fechamento: A violência contra crianças, adolescentes e jovens se manifesta em todos os lugares. Pode ser na comunidade onde moram, na escola, nas instituições

socioeducativas e na família. A vulnerabilidade é ainda maior quando se fala em pessoas com deficiência, negros, adolescentes em conflito com a lei, pessoas em situação de rua, meninas e meninos que vivem em comunidades populares dos grandes centros urbanos.

Alguns autores²¹ enfatizam que, para se trabalhar no sentido de prevenir situações de violência, é importante fazer com que as pessoas sejam capazes de viverem juntos, de criarem um novo sentido de compartilhar, ouvir e zelar uns pelos outros, e de assumir responsabilidades por sua participação numa sociedade democrática que luta contra a pobreza e a exclusão, garantindo a igualdade, a equidade social e o respeito à diferença.

ATIVIDADE 4

DIVERSIDADE DE DIREITOS: EU E AS OUTRAS PESSOAS

Objetivo: Encorajar a empatia com pessoas de diversas realidades e discutir a origem da violência associada a grupos estigmatizados em nossa sociedade.

Materiais necessários: Folhas de papel A4, marcadores e fita adesiva.

Duração: 1 hora

Dicas para planejamento: Essa técnica geralmente leva as/os jovens a rir e a ter que desempenhar ou atuar no papel de pessoas de diversas realidades. É importante procurar manter um espírito leve na técnica, sem censurar os/as jovens e fomentar o respeito para com as diferenças durante a atividade. Se a/o facilitador/a preferir, pode deixar um tempo no início para que os/as participantes se olhem e percebam o papel da/o outra/o. As possíveis brincadeiras ou risadas podem ser utilizadas no momento de reflexão geral, quando os estereótipos e preconceitos forem discutidos.

Passo a passo:

1. Antes que o grupo comece suas atividades, selecione frases que você acha que são mais apropriadas de acordo com a relação abaixo. Escreva estas frases em uma folha de papel. Selecione um número suficiente de frases para cada participante. Se quiser, crie outras frases, outros exemplos ou repita alguns, se achar necessário, para que sejam melhor compreendidos pelo grupo ou se adequem melhor ao contexto local. As frases abaixo são sugestões e você pode incluir aquelas que acredita serem uma demanda de discussão daquele grupo em (tirar) específico. Lembre-se que a relevância está em discutir os estereótipos, as restrições de liberdades de determinados grupos sociais e identidades, mesmo quando a frase utilizada for a de um grupo privilegiado socialmente. Neste caso, discuta os privilégios e reflita sobre as violências que acometem as minorias sociais (em relação aos seus direitos e a garantia deles).

²¹ Fonte: BENEVIDES, Maria Victória. Educação em Direitos Humanos: de que se trata? Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>.

2. Peça às/aos participantes para sentarem em círculo e fecharem os olhos. Explique que será colocada uma folha de papel em suas mãos com uma palavra ou uma frase escrita. Depois de receber o papel, os/as participantes deverão ler a frase sem comentar nada.
3. Peça a cada pessoa que pegue um pedaço de fita e cole na parte da frente da sua camisa.
4. Peça para que todas/os se levanten e andem devagar pela sala com o papel colado, lendo as frases das outras pessoas, cumprimentando-as, mas sem falar nada, em silêncio.
5. Em seguida, diga para as/os participantes formarem um círculo e se olharem. Explique que cada pessoa deve ser um personagem e inventar uma história que tenha a ver com a frase que recebeu – uma história que fale sobre sua condição ou realidade. Dê algum tempo para que possam refletir sobre a condição ou realidade da personagem que irão criar de acordo com a frase recebida.
6. Pergunte se há algum/a voluntária/o para começar. Então, cada um/a, aleatoriamente ou na ordem do círculo, conta sua história.
7. Após a apresentação de cada história, encoraje o grupo a fazer perguntas para o personagem. As perguntas feitas pelo grupo são muito importantes e podem revelar preconceitos e estereótipos que devem ser criticados no momento da reflexão sobre essa técnica. Uma dica que pode ajudar nesse momento de interação do grupo com perguntas é dar o tom de “entrevista” na atividade, provocando a curiosidade das/os jovens em relação a história apresentada pela pessoa em questão. Assim, podem surgir várias perguntas interessantes sobre a história contada. Peça para que a pessoa vá criando a narrativa a partir das perguntas feitas, sem refletir ou programar muito, mas que siga o seu próprio fluxo de criatividade.
8. Discuta as questões a seguir:

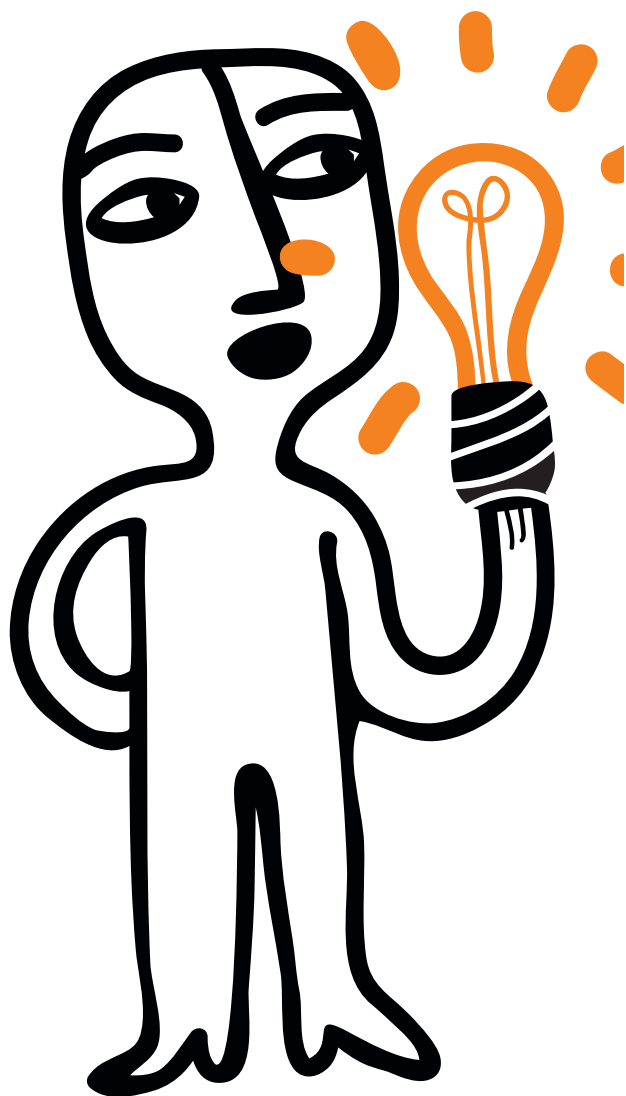
Perguntas para discussão:

- Você conhece algum/a jovem que enfrentou situação semelhante à descrita no papel?
- Como foi, para você, viver esse personagem? Como se sentiu?
- Como costumamos nos relacionar com pessoas consideradas diferentes da maioria? Existe alguma relação de poder neste tratamento?
- Em muitos lugares, um/a jovem que é “diferente” pode sofrer discriminação e violência. Por quê?
- Como as pessoas de onde você mora costumam lidar com quem tem características consideradas “diferentes”?

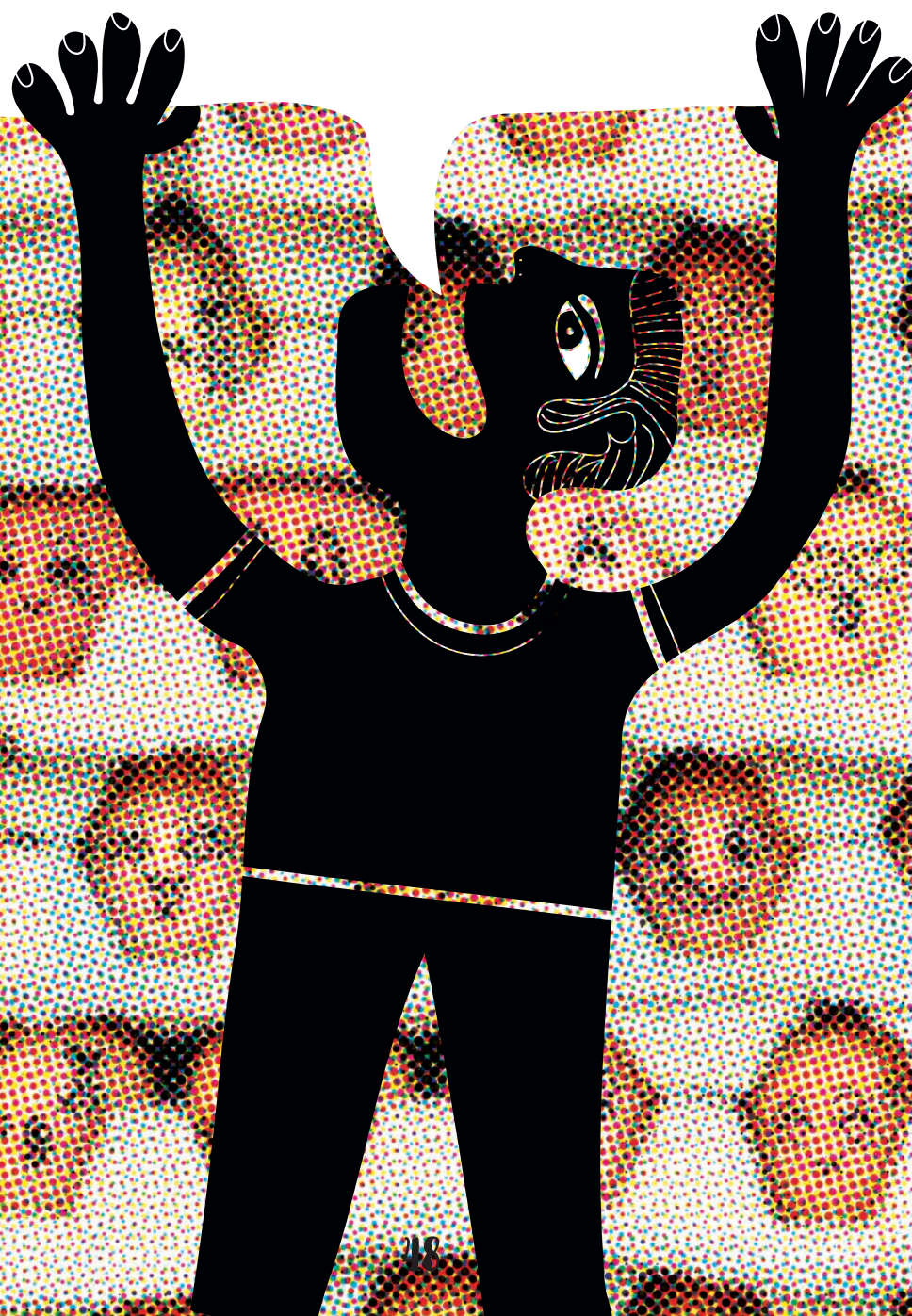
Sugestões de papéis:

- Minha mãe é prostituta
- Sou milionário
- Meu pai está na cadeia
- Minha namorada/meu namorado me traiu
- Sou evangélico/a
- Sou heterossexual
- Não sei ler
- Moro em um condomínio de classe média
- Sou menino de rua
- Bati em minha namorada
- Sou pai e cuido dos meus filhos
- Sou alcóolatra
- Sou do candomblé
- Sou modelo
- Sou branco/a
- Sou bissexual
- Sou transexual
- Estudo em escola particular
- Sou gay
- Sou cego/a

Fechamento: Pode-se fechar esta técnica perguntando às/aos participantes sobre outros exemplos de histórias diferentes das narradas ou até de minorias que não foram incluídas na atividade. Às vezes podem surgir exemplos de pessoas percebidas como diferentes no que diz respeito aquilo que nunca foi problematizado acerca daquela identidade ou de minorias sobre as quais não haviam sido pensadas.



**COMO INSERIR ESTA
DISCUSSÃO EM SUA AULA:**



Neste volume nós apresentaremos três exemplos de como trabalhar as questões de Poder, Relacionamentos e Violências em sala de aula, sem precisar parar suas atividades e realizar uma oficina. Nos demais volumes você encontrará mais exemplos de como trabalhar outros temas, lembrando que são apenas propostas e você pode pensar e propor outras formas de promover essas discussões.

Na disciplina de Língua Portuguesa, é possível levar temas sobre violência e relacionamentos abusivos para serem trabalhados nas redações. A partir da produção textual das/os alunas/os, é possível discutir esse tema com a turma e promover um espaço de reflexão sobre as violências e desigualdades sociais.

Na disciplina de Educação Física, pode-se discutir sobre violência e atividades físicas. Na hora de separar a turma, você pode aproveitar para pontuar sobre relações saudáveis inclusive na hora de competir com os outros. É possível ressaltar a importância dos comportamentos cordiais e sem violência na hora das competições e jogos.

Na disciplina de História, é possível propor uma discussão sobre a Lei Maria da Penha e a Lei Anti-Racismo. Além disso, sempre que for discutir qualquer assunto, é possível problematizar onde estavam as pessoas negras, mulheres e LGBTI em determinado momento histórico, tentando mostrar que essas pessoas fizeram parte da construção da História. Ressaltando que muitas vezes não foi/é dado o devido espaço a esses grupos sociais, o que fez/faz com que as pessoas sejam reconhecidas apenas por pertencerem aos seus grupos minoritários no que diz respeito à obtenção e garantia de direitos (pessoas negras, mulheres, LGBTI). Contudo, é importante ressaltar que não as reconhecer como produtoras e transformadoras da História também é uma forma de violência.





E SE?

Neste tópico nós iremos dar algumas sugestões de como “se sair bem” caso aconteça alguma situação que acione diversos tipos de preconceito em seu cotidiano e como se posicionar diante delas. Por exemplo:

“Ah, mas tem gente que pede para apanhar, né?”

R: Ninguém pede para apanhar, ninguém gosta de ser violentado. Não existe nenhuma justificativa para violência.

“Eu não fui violenta/o, isso é só uma brincadeira!”

R: Brincadeiras também podem ser violentas. Não é por que você acha determinada coisa engraçada que isso não pode ofender outra pessoa. Violência verbal também pode acontecer através de piadas e brincadeiras, podendo ofender e atingir alguém de forma violenta.

“Hoje em dia não se pode dizer mais nada, tudo agora é vitimismo e violência.”

R: Nunca foi legal ser preconceituoso e produzir ofensas. O que acontece é que hoje em dia existe muito mais acesso à informação e, por isso, é mais fácil saber quando alguém está sendo violento ou violentado.



“Macaco!!!”

R: Você sabia que isso é racismo²²? Você sabia que racismo é crime? O racismo é uma forma de violência que tem por base a noção de que uma raça é superior a outra raça. Este tipo de violência pode ser em relação às questões raciais, cor da pele ou características físicas associadas a uma raça vista como inferior e tem como finalidade a eliminação de direitos humanos de determinado grupo racial. Em nosso contexto, o racismo violenta diariamente pessoas negras e acarreta em (tirar) injustiças, dores emocionais, diminuição da autoestima e diversas outras consequências que afetam brutalmente as pessoas negras. . [Resposta com base na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989]

“Nossa, aquela pessoa é muito gorda! Parece uma baleia!”

R: Não tem problema nenhum em ser uma pessoa gorda. Ser uma pessoa gorda não é algo ruim, por isso, criar nomes pejorativos é uma forma de preconceito. Os corpos podem existir de diversas formas e não respeitar o direito do outro ser o que ele é pode gerar muitos problemas para a própria pessoa, como por exemplo, prejudicar sua autoestima. Muitas vezes acreditamos que ser magra é melhor e mais saudável, pois isso acaba sendo o corpo padrão, ou seja, aquele corpo que acreditamos ser mais aceito, saudável e bonito. Porém, ser uma pessoa gorda não é um problema e nem sinônimo de ser doente.

“Mas eu não tenho preconceito. Isso é só a minha opinião”

R: Se a sua opinião limita a liberdade de outra pessoa, é preconceito sim. Quando você tem preconceito em relação a alguma pessoa, por exemplo, você se limita a entender e aprender com ela, ou seja, você não dá oportunidade para conhecer outra pessoa e se mantém fixo em uma ideia preconcebida que restringe a sua visão de mundo e fere o direito da outra pessoa existir e viver longe de preconceitos.

²² Para saber mais sobre a discussão de Racismo, vá para o Volume 4 - Poder, Relacionamentos e Violência(s)



COMO FAZER UM FANZINE

Depois de conversar sobre assuntos tão importantes, que tal transformar isso em um material que pode virar uma campanha comunitária, um diário, um jornal informativo ou mesmo algo que seja possível trocar com outras pessoas? O Fanzine funciona como uma ferramenta que possibilita a expressão de sentimentos, opiniões e até o debate de assuntos através de textos, imagens e colagens e apresenta um outro método para discussões e para o exercício da criatividade.

Concretizar a imaginação e o pensamento em forma de Fanzine pode ser bastante interessante uma vez que ele poderá circular tanto dentro, quanto fora da escola.

A nossa proposta é incentivar as/os alunas/alunos a confeccionarem seus Fanzines ao final de cada volume da Caixa de Ferramentas ou quando você achar necessário (por exemplo, quando você quiser incentivar a turma a debater mais sobre determinado assunto, etc). Para fazer o Fanzine é necessário papel A4, tesoura, cola, canetas coloridas, revistas ou jornais e colocar suas ideias no papel!

1 - Dobre o papel ao meio ao comprido (estilo hotdog)

2 - Dobre o papel ao meio novamente (estilo hamburger)

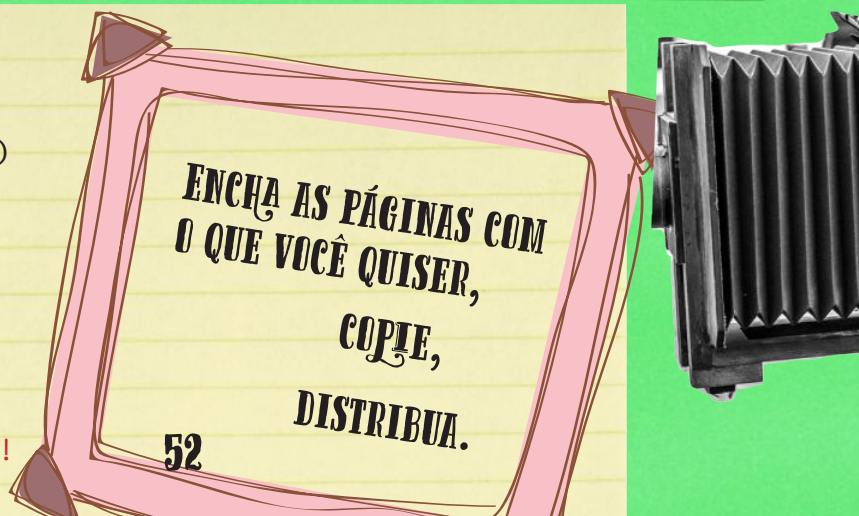
3- Dobre o papel ao meio mais uma vez.

4 - Desdobre o papel. Ele deve ter agora 8 seções retangulares

5-Pegue o estilete (ou a tesoura, o que você achar que funciona melhor) e corte ao longo entre os dois pontinhos demarcados. (fig A)

6- Dobre o papel ao longo dessa mesma linha (estilo hotdog)
7 - Agora dobre as páginas de modo que o meio apareça, basicamente formando uma cruz (fig. B)

8 - Eis o seu ZIIINE!



MATERIAIS:

- papel A4
- estilete

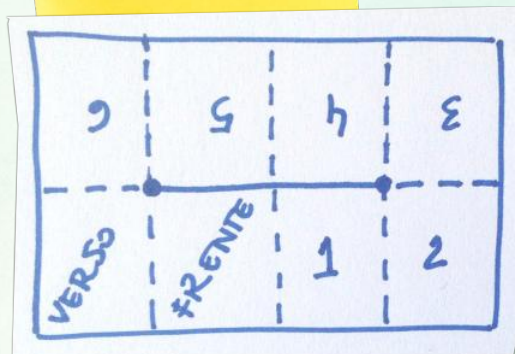


FIG. A

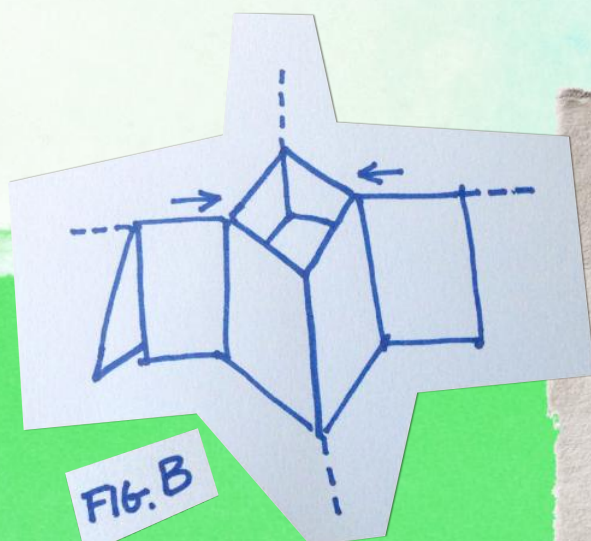


FIG. B



A PARTE GRÁFICA DESTA SEÇÃO FOI INSPIRADA NA DIDÁTICA-ZINE.
DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.LITORAL.UFPR.BR/PORTAL/WUP-CONTENT/UPLOADS/2015/03/DIDATICAZINE2015.PDF](http://www.litoral.ufpr.br/portal/wup-content/uploads/2015/03/didaticazine2015.pdf)

CRIANDO UMA
CAMPANHA
COMUNITÁRIA

Objetivo: Despertar a capacidade de reflexão e mobilização coletiva sobre questões importantes para a comunidade.

Tempo recomendado: mínimo de 6 horas (veja nas dicas para planejamento)

Materiais necessários: cartolinas ou papel pardo para cartaz, lápis e canetas coloridas, tesouras, colas, revistas velhas.

Dicas para planejamento: O período necessário para realizar esses passos irá depender dos recursos disponíveis e pode levar semanas. É desejável que as pessoas que são o público-alvo da campanha possam participar do planejamento também. Isso gera uma campanha mais próxima, eficaz e mobiliza mais as pessoas.

Passo a passo:

- Nessa atividade, vamos pensar no tema da prevenção de violência contra crianças e adolescentes com a perspectiva de gênero.
- O primeiro passo é fazer uma avaliação de necessidades: reunir o grupo para refletir sobre comportamentos, atitudes e conhecimentos que influenciam ou produzem vulnerabilidade à violência de gênero de crianças e adolescentes. Estas informações podem ser obtidas por levantamento de pesquisas no local ou até mesmo por um grupo de debates com o público da campanha. Podem ser feitas perguntas como:
 1. Como são os comportamentos de homens e mulheres em seus relacionamentos?
 2. O que homens e mulheres entendem por um relacionamento com base na igualdade?
 3. Quais são os principais obstáculos que enfrentam para terem relações baseadas no respeito?
 4. Quais são as expectativas dos homens e seus medos?
 5. Como são tratadas as meninas na escola/comunidade/ entorno?
 6. Quais são suas expectativas, sonhos, medos?
 7. Que informações são necessárias para a prevenção da violência de gênero de crianças e adolescentes?

Depois de levantadas essas informações, é importante focalizar, isto é, definir com mais detalhes o perfil “típico” do público que a campanha pretende alcançar. Uma técnica útil para definir as características do público é a de criar um perfil de personagem. Veja se as perguntas abaixo são pertinentes para o público com que você está trabalhando. Peça que imaginem uma ou mais pessoas com quem a campanha irá se comunicar de acordo com essas perguntas:

1. Qual seu nome?
2. Que idade tem?
3. Onde vive?
4. Trabalha?
5. Estuda?
6. Como se veste? (paragrafo desalinhado)
7. Quem são seus amigos?
8. O que faz para se divertir?
9. O que deseja ser? Quais obstáculos encontra?
10. Que tipo de música escuta?
11. Como conhece ficantes/namoradas/os?
12. Que tipos de meninas/os prefere?
13. Está ficando ou namorando com alguém? Fale sobre essa pessoa (Quem é? O que faz? Como conhece?)
14. Como é tratado/a pela/o namorada/?
15. O que as/os amigas/os acham da relação?
16. O que as/os familiares acham da relação?
17. Como se sente na relação?
18. O que pensa da escola?
19. O que forma suas atitudes e opiniões?
20. Trabalha? O que faz no dia-a-dia?
21. Que espaços frequenta?
22. Quais são seus ídolos?
23. Como busca informações?
24. Com quem conversa sobre sexo?
25. Sofre algum tipo de violência?
26. Comete algum tipo de violência?
27. Que preconceitos têm?
28. O que gostaria de mudar no meio em que vive?
29. O que poderia fazer para mudar isso?
30. O que fazer para evitar violências?
31. Como se imagina daqui a 5 anos?

De acordo com o perfil, vocês poderão criar estratégias e mensagens que se comuniquem com mais eficiência com o grupo. Desenvolver mensagens é o passo que geralmente requer mais tempo e criatividade. **As mensagens de campanha que são positivas e orientadas à ação costumam ser mais atraentes e inspiradoras que aquelas que culpam as pessoas e/ou enfocam somente as consequências negativas.**

Depois de fazer o perfil, vocês podem mapear as influências e informações que as pessoas recebem sobre o tema da violência de gênero. O passo seguinte é o de definir quais mídias (ex.: rádio, revistas, "outdoors", cartazes, redes sociais) e canais sociais (ex.: amigas/os educadoras/es, celebridades locais) seriam mais estratégicos para alcançar o público com mensagens sobre modelos positivos, que promovem a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes. Se tiver pouco dinheiro ou dinheiro nenhum para campanha, é preciso usar bastante a criatividade para alcançar as pessoas. Um passo importante é buscar parceiros que podem apoiá-lo, mas antes você precisa convencê-las/os sobre o apoio da mobilização de todos pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Dica: A campanha deve ir além da simples oferta de informações, mas tratar de normas e percepções relacionadas a comportamentos e assim permitir uma reflexão individual e coletiva sobre o tema.

Se quiser conhecer exemplos de algumas campanhas dê uma olhada nesses links:

<http://promundo.org.br/recursos/sem-vergonha/>

<http://promundo.org.br/2014/11/13/brincar-ajuda-jovens-e-pais-a-dialogarem-sobre-sexualidade/>

<http://promundo.org.br/2014/06/18/nao-e-curticao-e-exploracao/>

<http://promundo.org.br/recursos/voce-e-meu-pai/>



DICAS

Sites para visitar:

www.livredeabuso.com.br

www.blogueirasfeministas.com.br

Filmes para assistir:

A COR PÚRPURA

Direção: Steven Spielberg, 1986

Sinopse: Em uma cidade pequena, uma jovem de apenas 14 anos violentada pelo pai, se torna mãe de duas crianças. A jovem Celie é doada para Mister, tendo sido afastada de seus filhos e da pessoa que mais ama, sua irmã. Mister a trata como companheira e escrava e a humilha constantemente. Celie sente-se muito solitária e decide começar a escrever cartas como uma forma de se sentir melhor e aliviar suas dores. As correspondências são escritas para Deus e também para sua irmã amada. Com o desenrolar da história, Celie revela como é brilhante e passa a perceber a importância da sua vida.

ANJOS DO SOL

Direção: Rudi Lagemann, 2006

Sinopse: Maria é uma jovem de 12 anos que mora no interior do Nordeste brasileiro. No verão de 2002, ela é vendida por sua família a um recrutador de prostitutas. Após ser comprada em um leilão de meninas virgens, Maria é enviada a um prostíbulo localizado perto de um garimpo, na floresta amazônica. Após meses sofrendo abusos, ela consegue fugir e passa a cruzar o Brasil em viagens de caminhão.

BAIXIO DAS BESTAS

Direção: Cláudio Assis, 2006

Sinopse: Auxiliadora é uma jovem de 16 anos explorada por seu avô, que vê falta de autoridade em tudo à sua volta, mas não pensa duas vezes antes de explorar a neta. Cícero pertence a uma conhecida família local e está apaixonado por Auxiliadora, mas para levar adiante esse relacionamento precisa enfrentar o avô.

DA JANELA - ENTRE VISIBILIDADE E OPRESSÃO

Direção: Giovana Zimmermann e Sebastião Braga, 2005

Sinopse: A história mostra uma fotógrafa que pesquisa a violência contra a mulher, tendo como foco a banalidade com que o tema é encarado, especialmente quando é abordado pelos telejornais. Chama-se Marta, mora no centro da cidade, onde também tem seu estúdio, e de lá enxerga muitos apartamentos, mais precisamente muitas janelas. Personagem central que não aparece de frente, ela abre uma janela através dos seus olhos e do seu imaginário, possibilitando ao espectador transitar por esse universo emaranhado de submissão, opressão e completo descaso.

NUNCA MAIS

Direção: Michael Apted, 2002

Sinopse: O filme apresenta o relacionamento de uma garçonete, Slim, com um empresário. O casal se casa, porém, após a descoberta de uma traição, acontecem sucessivos atos de violência doméstica. Slim tenta deixar o marido, no entanto, percebe que o Estado não está do seu lado e que a influência e poder de seu marido irão colocá-la em um ciclo extremamente violento.

O SILÊNCIO DE MELINDA

Direção: Jessica Sharzer, 2004

Sinopse: Melinda inicia seus estudos solitária e afastada de seus colegas de classe. Seus colegas a rejeitam porque em uma festa, Melinda acionou a polícia. No entanto, o que eles não sabem é que Melinda foi estuprada naquela festividade. O trauma do estupro afeta o relacionamento de Melinda com sua família e a menina encontra apoio no seu professor de artes.

OS HOMENS QUE NÃO AMAVAM AS MULHERES

Direção: David Fincher, 2011

Sinopse: Harriet Vanger desapareceu 36 anos atrás sem deixar pistas na ilha de Hedeby, local que é quase uma propriedade exclusiva da poderosa família Vanger. Apesar da longa investigação policial, a jovem de 16 anos não é encontrada. Seu tio decide continuar as buscas, contratando o jornalista investigativo da revista Millennium, Mikael Blomkvist, que não está em um bom momento de sua vida, pois enfrenta um processo por calúnia e difamação. Mas, quando o jornalista se junta a Lisbeth Salander, uma investigadora particular nada usual, incontrolável e antissocial, a investigação avança muito além do que todos poderiam imaginar.

PRECIOSA

Direção: Lee Daniels, 2009

Sinopse: Preciosa é uma garota de 16 anos que passou por diversos tipos de abusos. A menina foi abusada sexualmente pelo pai, abusada psicologicamente pela mãe, foi abandonada pelo poder público e sofre com preconceito nos espaços públicos. Preciosa se encontrava sem nenhuma perspectiva de vida até o momento em que sua professora a propõe enxergar o poder do amor. A partir de então, a vida de Preciosa começa a ganhar algum sentido.

PRO DIA NASCER FELIZ

Direção: João Jardim, 2006

Sinopse: O filme apresenta o dia-a-dia de violência entre jovens e desigualdade social com o foco em quatro escolas públicas brasileiras, sendo elas localizadas no Rio de Janeiro, Pernambuco, Duque de Caxias e São Paulo.

Leituras complementares:

ARILHA, Margareth; LEITE, Osmar; ARRUDA, Silvani; CAVASIN, Sylvia; SIMONETTI, Vera. **Projeto H: sexualidade e saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Instituto Promundo; ECOS – Comunicação em Sexualidade; Salud y Género; International Planned Parenthood Federation Western Hemisphere Region (IPPF/WHR), 2001. (Caderno 1; Série Trabalhando com homens jovens). Disponível em: <http://promundo.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2014/12/Programa-H-Trabalhando-com-Homens-Jovens.pdf>

LARA, Bruna de; MOURA, Gabriela; RANGEL, Bruna. **#Meuamigosecreto – Feminismo além das redes** – Coletivo Não Me Kahlo. Coleção Hastag. Edições de Janeiro, 2016.

MOURA, Glória. **O direito à Diferença**. In: MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. SEDAC/MEC, Brasília, 2005, p. 69-82

PROGRAMA M: trabalhando com mulheres jovens – empoderamento, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: Instituto Promundo; Salud y Género; ECOS – Comunicação em Sexualidade; Instituto PAPAI; World Education, 2008. Disponível em: <http://promundo.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2014/12/Programa-M-Trabalhando-com-Mulheres-Jovens.pdf>.

PRINCÍPIOS sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero (Princípios de Yogyakarta). Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CLAM/UERJ); Observatório de Sexualidade e Política (Sexuality Policy Watch), jul. 2017. Disponível em: clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 13 de julho de 2016.

WASELFISZ, Julio Jaboco. **Mapa da Violência: mortes matadas por armas de fogo**. Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional da Juventude (SNJ); Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir), 2015. Disponível em: mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf. Acesso em: 13 de julho 2016.

WERNECK, Jurema. **Políticas públicas contra o racismo: passo a passo – defesa, monitoramento e avaliação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: ONG Criola, jun. 2010. Disponível em: criola.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Livreto3_racismopdf. Acesso em: 13 de julho de 2016.

WERNECK, Jurema. **Políticas públicas para as mulheres negras: passo a passo – defesa, monitoramento e avaliação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: ONG Criola, jun. 2010. Disponível em: criola.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Livreto1_Politicaspdf. Acesso em: 13 de julho de 2016.

SERVIÇOS:

REDE DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A escola é uma instituição que faz parte da rede de proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Esta rede é composta não só pela Educação, mas também por outras instâncias e serviços dos campos da Saúde, Justiça, Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer.

Muitas vezes, quando pensamos em um funcionamento em rede, imaginamos os serviços funcionando em uma estrutura pronta, esperando para serem acessados, com todos os seus procedimentos pré-definidos, desde a porta de entrada até as medidas e os encaminhamentos cabíveis. No entanto, na prática as/os profissionais da Educação percebem que o trabalho em rede é tecido por pessoas, se fortalecendo a cada contato, estando sempre em construção. O trabalho requer um investimento permanente que não se esgota no primeiro contato, mas na medida em que se trilha este caminho, o mesmo vai ganhando concretude. Cada situação é singular e, dado o contexto, a leitura dos sujeitos envolvidos vai delineando o caminho a ser construído.

É importante, no surgimento de uma situação de violência/violação, ter uma postura atenta e cuidadosa, buscando uma conversa prévia com as instituições parceiras e possíveis encaminhamentos com objetivo de discutir a situação a partir da construção de linhas de cuidados (pertinentes a cada parceiro) e esclarecendo aspectos importantes da situação. É neste contexto inicial que se começa a tecer a própria rede de proteção para cada caso. O encaminhamento por si só não garante a continuidade no acompanhamento, sendo necessário manter o diálogo permanente sobre as situações. Muitas vezes, isso gera certas tensões, que podem estar relacionadas ao modo como cada instituição entende ou pode oferecer determinado cuidado. A noção de cuidado é bastante ampla, não correspondendo muitas vezes ao nosso referencial acerca do que seja cuidar, ou ainda, pode acontecer em um tempo diferente do que possamos supor como ideal. É importante entender que essas diferenças fazem parte de um trabalho em rede.

Muitos serviços já estão acostumados a receber profissionais da educação para discutir casos que precisam ser acompanhados em rede e definir coletivamente as ações. Diversas são as maneiras disso acontecer. Na saúde, por exemplo, existem fóruns territoriais e supervisões de território (reuniões que envolvem vários parceiros), além da possibilidade de se marcar uma discussão específica.

Frente a situações de violência/violação de direitos de crianças e adolescentes, qualquer profissional da escola, pode buscar os seguintes parceiros que compõem a Rede de Garantia de Direitos:

NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO:

- Coordenadoria Regional de Educação – Instituição responsável pela orientação e acompanhamento das escolas.
- Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares (NIAP) – Trabalho realizado por Assistentes Sociais, Psicólogas/os e Professoras/es com objetivo de contribuir para o fortalecimento das equipes das Unidades Escolares de modo que se reconheçam e se consolidem como parte da rede de proteção à criança e ao adolescente.

NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade de atendimento socioassistencial de famílias. É o principal equipamento da Proteção Social Básica materializando a política de assistência social.
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) – Segue as normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), funcionando como polo de referência das ações de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade e tem como foco fortalecer e potencializar as ações em benefício das famílias em situação de vulnerabilidade social.

NO ÂMBITO DA SAÚDE:

- CAPSi – Centro de Atendimento Psicossocial da infância e adolescência: Serviço de saúde mental voltados para o atendimento de crianças e adolescentes, composto por equipe interdisciplinar
- Equipes de Estratégia de Saúde da Família: a porta de entrada é a atenção básica.
- Hospital Geral – Em caso de emergência de saúde.
- Postos e Clínica da Família – Atendimento ambulatorial

NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- Conselho Tutelar da área – É um órgão autônomo para garantia de direitos da criança e do adolescente. É constituído por uma equipe técnica de psicólogos/os, assistentes sociais e pedagogas/os, além das/os conselheiras/os, que estão aptas/os a receber as/os profissionais da escola.

Indicamos duas ferramentas que estão disponíveis para uso público em casos de violação de direitos, tais como: O aplicativo **Proteja Brasil**, que localiza os serviços de encaminhamento próximo de quem o está utilizando, além de trazer informações pertinentes sobre os diferentes tipos de violação e o **Disque 100**, que é uma possibilidade de comunicação anônima de denúncia e/ou pedido de ajuda.

Em anexo neste volume pode encontrar uma lista de contatos de diversos serviços de assistência aos quais pode recorrer e que pode inclusive compartilhar com seus colegas e alunos, ou mesmo afixar na sua sala de aula, espaço de oficina ou outro local com boa visibilidade para que mais pessoas tenham acesso a essa informação.

**EU SOU,
TU ÉS, NÓS
SO(MA)MOS.**





FECHAMENTO

A discussão e todas as atividades deste volume estão relacionadas com as temáticas de violência. Porém, isso não quer dizer que este tema pode ser abordado completamente isolado de outras questões. A escolha por essa abordagem foi para manter a discussão didática, leve e flexível. Nos demais volumes você poderá encontrar outras discussões, como também poderá articular vários temas ao mesmo tempo.

Caso você queira ler sobre as expectativas que são criadas para os seres humanos, vá para o Volume 2: *O que esperam de nós?*. Se você quiser dar uma olhada no que falamos sobre temas que dizem respeito a comunicação e relacionamentos, vá para o Volume 5: *Compartilhando, curtindo e comentando: a dinâmica dos relacionamentos*.

Não deixe também de explorar o Volume 1: *Trabalhando a coletividade* e o Volume 3: *Diversidade(s)*.

E aí? Quais são suas expectativas depois de passear por esse material? Você acha que é possível construir novas expectativas e pensar em outro mundo possível?

Nós sabemos que não é nada fácil construir uma nova concepção acerca do mundo e como é difícil transformar a sociedade visando relações mais igualitárias entre as pessoas. Porém, este é o desafio das desconstruções: tentar reinventar-se e dar um empurrãozinho na reinvenção da sociedade. Afinal, toda a mudança começa por nós mesmas/mesmos.

Fazer um novo passeio em um lugar não tão comum, um lugar que não estamos habituadas/os pode ser interessante e transformador. Siga em frente, você não está sozinha/o!



MAÍRA ADORA SEU BLACK!
SÓ QUE JÁ DISSERAM POR AÍ QUE SEU CABELO
É FEIO, BOMBRIL, VASSOURA, GROSSEIRO,
RUIM.



MAÍRA,
NÃO ALISA POR CAUSA DISSO, NÃO!
SEU CABELO É MEMÓRIA, BELEZA,
ANCESTRALIDADE, IDENTIDADE, FORÇA
E MUITO AMOR!

SEU CABELO, ALÉM DE LINDO, É SÓ SEU.
VOCÊ É QUEM MANDA.

Carol Rossetti





ESTÁ CANSADO
DE OUVIR

DESALINEADA



SOBRE ESSA
HISTÓRIA

PASSE PELO MENOS
UMA MAQUIAGEM, MULHER!



DE MACHISMO?



**ISSO NÃO É
SOBRE SEXO.**

**É SOBRE
VIOÊNCIA!**

LATUFF 2011

**Quem bate
na mulher
machuca a família
inteira.**





NÃO EXISTE MULHER QUE GOSTA DE APANHAR

O QUE EXISTE É MULHER HUMILHADA

DEMAIS PARA DENUNCIAR,

MACHUCADA DEMAIS PARA REAGIR,

COM MEDO DEMAIS PARA ACUSAR,

POBRE DEMAIS PARA IR EMBORA.



GLOSSÁRIO

Abuso sexual de menores - É a utilização do corpo de uma criança ou adolescente por um adulto, com intencionalidade sexual. O abuso sexual acontece com ou sem o uso de violência física, através de sedução, chantagem, ameaça ou mentiras, baseada numa relação desigual. Consiste em um ato ou jogo sexual em que o/a autor da violência está em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais avançado que a criança ou adolescente. Geralmente, este adulto tem uma relação de afeto, confiança, parentesco e autoridade com a criança ou adolescente, o que, muitas vezes, faz com que a vítima se cale e obedeça aos pedidos feitos pelo/a abusador/a. Ocorre em lugares considerados mais seguros, como casa, escola e igreja.

Além das formas de abusos COM contato físico (carícias, tentativas de obter relação sexual, masturbação, sexo oral, vaginal ou anal), há aquelas SEM contato físico. Aqui lembramos de práticas de abuso sexual que, às vezes, não são reconhecidas²³:

- **Voyerismo** - Ato de observar relações ou órgãos sexuais de outras pessoas quando elas não desejam ser vistas, no qual o/a observador/a obtém satisfação sexual com essa prática.
- **Exibicionismo** - Ato de mostrar os órgãos genitais ou se masturbar em frente a crianças ou adolescentes ou dentro do campo de visão deles.
- **Abuso sexual verbal/telefonemas obscenos** - Pode ser definido por conversas sobre relações sexuais destinadas a despertar o interesse sexual da criança ou adolescente.

Assédio sexual - Caracteriza-se pelo ato de uma pessoa, que tenha um cargo ou uma posição superior, constranger outra pessoa a prestar favores sexuais. Manifesta-se por meio de propostas indecorosas, falas obscenas e pressão para ter relações sexuais sem que o outro deseje, mas que, no entanto, se sinta constran-

23 Fonte: BRASIL. SDH. MEC. Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: SDH e MEC, 2004, p.30. Disponível em: http://www.mpdf.t.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Publicacoes/Guia_Escolar.pdf

gido em reagir ou se defender por se encontrar em uma posição ou cargo inferior ao do/a agressor/a.

Bissexualidade – Atração afetiva e/ou sexual por pessoas de ambos os gêneros.

Cisgênero – É o termo utilizado para se referir às pessoas que se identificam (se reconhecem) com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Isto significa que, se uma pessoa foi marcada como mulher no nascimento e se ela se reconhece como mulher ao longo de sua vida, é uma mulher cisgênero²⁴.

Coação sexual – Ato de pressionar uma pessoa para obter favores sexuais ou qualquer conduta física ou verbal de natureza sexual.

Construção social – É a formação de normas, significados, valores, símbolos sociais e regras empreendidas pela sociedade, com base em práticas tanto individuais, quanto sociais de cada pessoa. Esse movimento é contínuo, uma vez que a sociedade redefine e renegocia essas questões constantemente.

Contracepção de emergência – Contracepção de emergência é um recurso contraceptivo feito à base de doses de hormônios que impedem a ovulação, a fecundação do óvulo pelos espermatozoides e a implantação do óvulo no útero, impedindo o início da gravidez. A contracepção de emergência não é um método abortivo e precisa ser feita até 72 horas após a relação sexual. É um recurso emergencial que pode evitar uma gravidez não planejada.

Desigualdade – Diz respeito a uma circunstância que privilegia algo ou alguém em relação ao outro. As circunstâncias que privilegiam alguns são construídas socialmente, sendo muitas vezes associada à ideia de injustiça.

Desigualdade social – Considera que existem processos relacionais na sociedade que têm o efeito de limitar ou prejudicar o status de um determinado grupo, classe ou círculo social, não se verificando um equilíbrio no padrão de vida dos seus habitantes, seja no âmbito econômico, escolar, profissional, de gênero, entre outros. A desigualdade social é uma porta para outros tipos de desigualdades, como a desigualdade de gênero, desigualdade racial, desigualdade regional, entre outras.

Desigualdade de gênero – A questão da desigualdade entre homens e mulheres é um fator histórico. É possível perceber que, desde a Antiguidade, a mulher é tratada como ser inferior ao homem devido a diversas crenças religiosas que legitimavam tal perspectiva e que permeavam os costumes sociais. Apesar das mulheres cada vez cada vez mais se posicionarem em cargos de chefias em diversas empresas do Brasil e do mundo, assumindo e reafirmando sua posição social, na grande maioria dos casos, elas possuem uma jornada dupla de trabalho, na qual trabalham fora e, além disso, devem também trabalhar em casa. Este tipo de naturalização se configura como uma grande desigualdade.

24 Ver Pessoas Trans

Desigualdade racial – Toda e qualquer disparidade socioeconômica sistemática e persistente com base na raça ou cor de pele não-branca com mecanismos de sustentação através do tempo. No caso brasileiro, a desigualdade racial tem origem no regime de escravidão e perdura até os dias atuais por meio da exploração por parte de pessoas brancas em relação a pessoas negras e indígenas. Essa desigualdade se reflete no acesso a bens, serviços, oportunidade e como as relações sociais se estabelecem.

Diferença – Caráter que distingue um ser de outro ser, seja no todo ou em algum aspecto particular. As diferenças podem ser visíveis através dos sentidos ou serem detectadas por questões simbólicas, não sendo desejável que sejam eliminadas. Vale lembrar que a diferença em nosso contexto social pode promover desigualdade.

Discriminação – Discriminar significa “fazer uma distinção”. O significado mais comum tem a ver com a discriminação sociológica, baseada em alguma característica da pessoa: a discriminação social, racial, política, religiosa, sexual, idade, entre outros.

Discriminação racial – Discriminação racial é um conceito que normalmente é confundido com racismo (e que o abarca), mas se trata de conceitos que não necessariamente coincidem. Enquanto o racismo se baseia na superioridade de uma raça ou etnia em relação à outra, a discriminação racial é um ato que, embora esteja fundado em uma perspectiva racista, nem sempre o está. Ou seja, é preciso deixar explícito que a discriminação racial positiva (quando as discriminações têm como objetivo garantir a igualdade das pessoas afetadas) constitui uma maneira de discriminação cujo objetivo é combater o racismo. Exemplo disso são as cotas universitárias para pessoas negras.

Educação de pares – É a troca de saberes entre semelhantes, ou seja, entre pessoas ou grupos que têm o mesmo perfil e compartilham as mesmas vivências, o que facilita o intercâmbio de conhecimentos e práticas.

Empoderamento – Palavra que vem do inglês “empowerment”, utilizada em movimentos sociais, para falar do processo de conquista, avanço e superação por parte de um grupo ou indivíduo, sujeito ativo do processo, que vivia uma situação de opressão.

Equidade de gênero – Processo de justiça entre as relações de gênero. Processo que leva à igualdade, através de medidas que compensam as desvantagens sociais e históricas e consideram as diferentes necessidades para que homens e mulheres possam gozar do mesmo status e tenham condições de alcançar suas aspirações.

Estereótipos – Generalização abusiva que distorce a realidade. Um exemplo é representar as mulheres sempre como esposas e mães, desconsiderando que elas trabalham, que não necessariamente se casam e querem ter filhos, e que têm vida social ativa. Outro é representar os homens sempre como chefes de família e incapazes de cuidar dos/as filhos. Os estereótipos de gênero apresentam as diferenças entre o comportamento de homens e mulheres como se fossem qualidades e fraquezas inerentes a cada gênero, ou seja, de nascença, de natureza.

Estigma - No contexto social, o estigma é considerado um processo de desvalorização, produzindo e reforçando desigualdades sociais já existentes, tais como aquelas relacionadas à raça, classe, gênero e orientações sexuais.

Estupro - Um ato violento que utiliza da força como meio de impor uma relação sexual não consentida. A pena de reclusão varia de 6 a 10 anos de prisão.

Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) - É o ato de submeter crianças e adolescentes à relações sexuais não consentidas visando remuneração ou troca de favores, que podem ser direcionados à própria criança ou adolescente, à sua família ou ainda aos agenciadores deste tipo de trabalho sexual. Esta violência abarca: a exploração, o comércio do sexo, a pornografia infantil ou a exibição de espetáculos sexuais públicos ou privados.

Feminilidade - Se refere às características e comportamentos considerados por uma determinada cultura como associados ou apropriados a mulheres.

A feminilidade nos homens tal qual a masculinidade nas mulheres, é normalmente considerada negativa por agir contra os papéis tradicionais. Um estereótipo comum para homens homossexuais é de que são afeminados, em que exageram em comportamentos femininos.

Feminismo - É um movimento político, filosófico e social que defende a igualdade de direitos entre mulheres e homens, que se começou a popularizar no mundo ocidental nas primeiras décadas do século XX a partir da luta pela regulamentação do voto feminino.

O feminismo, como muitos pensam erroneamente, não é um movimento sexista, ou seja, que defende a figura da mulher sobre o homem, mas sim uma luta pela equidade entre ambos os gêneros. Atualmente, não são apenas as mulheres que se intitulam ou compartilham de pensamentos feministas, existindo homens que partilham da mesma visão de liberdade e direitos igualitários entre os sexos.

Gay - Homem que se relaciona afetiva e sexualmente com outros homens e se reconhece como tal.

Gênero - Refere-se aos comportamentos, atitudes, crenças, papéis relacionados ao que é ser homem ou mulher, aprendidos através da família, dos amigos, instituições culturais e religiosas, meios de informação, enfim, através de todas as relações estabelecidas pelos indivíduos.

Heterossexualidade - Atração afetiva e/ou sexual por pessoas do gênero oposto.

Homofobia - É um termo utilizado para identificar o ódio, a aversão ou a discriminação de uma pessoa contra homossexuais e, conseqüentemente, contra a homossexualidade. Pode também incluir formas sutis, silenciosas e insidiosas de preconceito e discriminação contra homossexuais. O termo homofobia pode estar relacionado a homens gays e à mulheres, sendo que para mulheres lésbicas costuma-se utilizar lesbofobia por questões de visibilidade.

Homossexualidade – Atração afetiva e/ou sexual por pessoas do mesmo gênero.

Homossexuais – Homens ou mulheres que possuem atração sexual ou afetiva por pessoas do mesmo sexo. O movimento de mulheres lésbicas prefere utilizar o termo lésbica para dar mais visibilidade a esse grupo e suas particularidades.

Igualdade de gênero – Significa que qualquer pessoa, independentemente do gênero com o qual se identifica goza do mesmo status, ou seja, compartilhar das mesmas oportunidades e condições para realizar os seus direitos e potenciais humanos e contribuir com todas as esferas da sociedade (econômica, política, social e cultural) e se beneficiar delas.

Interseccionalidade – É um conceito/prática que funciona como uma ferramenta que leva em consideração a existência de várias experiências que passam por subordinações das quais uma pessoa pode estar sujeita ao mesmo tempo, demonstrando que as opressões não são independentes, mas inter-relacionadas.

Intersexual²⁵ – Pessoas que podem ter características sexuais incluindo cromossomos, gônadas e/ou órgãos genitais que podem dificultar a identificação de uma pessoa como totalmente mulher ou homem. É comum que as pessoas acreditem que devam ser feitas cirurgias “reparatórias” em crianças intersexuais, contudo, é necessário destacar que a intersexualidade tem a ver como você se percebe em relação ao seu gênero, ou seja, é a própria pessoa intersexual que deve escolher seu gênero.

Lésbicas – Mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres.

LGBTI – Movimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais.

Machismo – É o comportamento, expresso por opiniões e atitudes, de uma pessoa que recusa a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros, favorecendo e enaltecendo o masculino sobre o feminino. Ou seja, é a ideia errônea de que os homens são “superiores” às mulheres.

O machismo está impregnado nas raízes culturais da sociedade há séculos, tanto no sistema econômico e político mundial, como nas religiões, na mídia e no núcleo familiar, este último apoiado em um regime patriarcal onde a figura masculina representa a liderança.

Misoginia – Ódio ou aversão às mulheres

Opressão – Efeito negativo experimentado por pessoas que estão em uma posição de subjugação na sociedade ou em um grupo social.

Orientação sexual – É a atração que temos por uma ou várias pessoas tanto no âmbito afetivo, como sexual. Os seres humanos podem, legitimamente, se interessar pelo gênero oposto, pelo mesmo gênero ou ainda por ambos os gêneros. Serão respectivamente heterossexuais, homossexuais (gays e lésbicas) ou bissexuais.

25 Para saber mais: <http://transfeminismo.com/dez-ideias-falsas-sobre-pessoas-intersexo/>

Preconceito - Um conceito elaborado antes mesmo de uma constatação dos fatos. Utiliza-se de características encaradas como universais, buscando atribuí-las a todo e qualquer sujeito. Porém, quando isto não ocorre, a pessoa é vista de forma negativa, podendo chegar a ser excluída de espaços.

Pornografia infantil - Produção, reprodução, direção, fotografia, filmagem ou registro, por qualquer meio, de cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente. A pena de quatro a oito anos de prisão e multa, atinge também quem agencia, facilita, recruta, coage, contracenou ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nesse tipo de situação.

Racismo - É um ato de discriminar as pessoas baseado na raça ou cor da pele e tem como finalidade a diminuição ou a anulação dos direitos humanos das pessoas discriminadas. É uma forma de exercício de poder opressivo. O racismo consiste na ideia de que algumas raças são inferiores às outras, atribuindo desigualdades sociais, culturais, políticas e/ou psicológicas à "raça" e, portanto, legitimando as diferenças sociais a partir de supostas diferenças biológicas. Historicamente o racismo tem servido para justificar uma série de genocídios (crimes contra a humanidade e diversas formas de dominação das pessoas).

Rede de proteção - União de pessoas, entidades e serviços em prol da garantia dos direitos da criança e do adolescente. A família, a escola e a comunidade podem atuar de modo conjunto e complementar a fim de proteger a criança.

Sexo - Refere-se aos atributos e características biológicas (genitália).

Sexualidade - É a expressão dos nossos sentimentos, pensamentos e desejos que incluem a atração afetiva/sexual por outras pessoas.

Socialização - É o processo pelo qual o ser humano aprende e interioriza os elementos socioculturais do seu meio, podendo corresponder às normas do contexto social em que vive ou passar por sanções/constrangimentos ao rejeitar a imposição de certas normas sociais.

Tráfico de crianças e adolescentes - Essa prática criminosa promove a saída ou entrada de crianças e adolescentes do território nacional, estadual ou municipal para inseri-las no mercado do sexo. Em 2004, o Brasil tornou-se signatário do Protocolo Facultativo para a Convenção sobre os Direitos da Criança relativos à Venda de Crianças e Pornografia Infantil. Um ano depois o País incluiu no Código Penal o artigo 231-A, passando a tipificar como crime o tráfico interno de pessoas para fins sexuais.

Tráfico de mulheres - São as atividades que envolvem o recrutamento e o deslocamento para trabalhos ou serviços, dentro ou fora das fronteiras nacionais, por meio de violência ou ameaça de violência, abuso de autoridade ou posição dominante, cativo por dívida, fraude e outras formas de coerção. O tráfico de pessoas tem como o objetivo a exploração, trabalhos forçados, servidão doméstica, escravidão ou práticas similares à escravidão ou, ainda, a doação involuntária de órgãos para transplante.

Transfobia - É um termo utilizado para identificar o ódio, a aversão ou a discriminação de uma pessoa contra pessoas trans.

Pessoas Trans²⁶ - São pessoas que não estão de acordo com o gênero indicado no nascimento. Ou seja, de uma forma geral o médico anuncia antes mesmo do nascimento se será uma menina ou um menino. Uma pessoa trans não está de acordo com gênero que lhe foi atribuído. Por exemplo, se ao nascer o gênero indicado foi masculino, mas ao crescer esta pessoa entende-se como mulher, trata-se de uma mulher trans. O movimento de travestis e transexuais no Brasil conseguiu conquistar alguns direitos nos últimos anos, como por exemplo, a Portaria MS nº 1.820 para o uso do nome social no SUS. Contudo, uma das maiores lutas desse movimento é pelo fim da patologização das identidades trans. É importante destacar que o Brasil é um dos países que mais mata pessoas trans e a expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é de 35 anos, sendo que uma pessoa que não é trans tem expectativa de 78 anos.

Durante muito tempo houve uma forte diferenciação entre travestis e transexuais, atribuindo às pessoas transexuais uma ideia de que todas gostariam de fazer cirurgia de redesignação sexual, entre outras coisas. Contudo, hoje o movimento de travestis e transexuais, além do movimento transfeminista, entende que cada pessoa deve identificar-se da forma que quiser, não impondo uma diferenciação entre travestis e transexuais do ponto de visto médico ou psicológico.

Violência - É um comportamento que causa intencionalmente dano ou intimidação a outra pessoa ou ser vivo. Tal comportamento pode ferir a autonomia, integridade física ou psicológica e até mesmo a vida de outro. É o uso de força contra uma pessoa.

Violência doméstica contra crianças e adolescentes - Fenômeno que ocorre dentro da família, caracterizado por maus-tratos ou abuso (físico, psicológico, sexual e trabalho infantil doméstico) e negligência, tendo o ambiente familiar como local de práticas violentas.

Violência psicológica - Inclui humilhação, ameaça, insulto, como por exemplo, pressionar o/a parceiro/a, além de expressões de ciúme ou de posse, tais como o controle das decisões e das atividades. É a forma de violência mais difícil de ser identificada.

Violência física - Uso da força física contra alguém. Pode incluir ações como bater, dar um tapa, empurrar, etc.

Violência institucional - É resultante da falta de acesso aos serviços necessários que as pessoas que vivenciam situações de violência têm direito. Pode se caracterizar também pela má qualidade ou inadequação do atendimento desses serviços, que representa mais uma agressão a pessoas que buscam assistência depois de serem agredidas.

26 Ver Cisgênero

Violência moral – Qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Violência patrimonial – Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos.

Violência sexual – É qualquer ato sexual não consentido ou a tentativa de obtê-lo por meio da intimidação psicológica, emocional ou força física. Considera-se violência sexual, também, qualquer conduta que constranja uma pessoa a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez ou ao aborto, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; limitando ou anulando o exercício de seus direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Virilidade – Culturalmente, o estereótipo de virilidade está relacionado com o comportamento masculino; seja sexualmente, psicologicamente ou fisicamente. Dessa forma, o homem viril, musculoso, com aparência peluda, com voz grave e um forte desempenho sexual permanecem como um modelo de homem ideal.

Vulnerável – Trata-se da designação de “grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania”. Segundo o artigo 217 A – Lei nº 12.015/09, vulnerável é o conjunto de pessoas que por questões ligadas a gênero, idade, condição social, deficiência, orientação sexual, raça, regionalidade, religião, entre outras, tornam-se mais suscetíveis à violação de seus direitos.

Vulnerabilidade social – Diz respeito às situações de menos privilégios sociais. Podemos perceber, por exemplo, os aspectos em nossa sociedade que podem funcionar como uma barreira à prevenção e ao autocuidado: nem todos os/as jovens têm acesso à informação e a serviços de saúde específicos; as mulheres ainda têm muita dificuldade para negociar o uso da camisinha com seus parceiros; a divulgação da distribuição de preservativos e outros métodos contraceptivos é insuficiente, como também, há o estigma sobre quem busca por estes métodos contraceptivos; o número de programas de prevenção e de atendimento a adolescentes vítimas de violência ainda é muito pequeno.

Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victória. **Educação em Direitos Humanos**: de que se trata?.

Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>.

Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de Conteúdo – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

ALGUNS SERVIÇOS DE APOIO NO RIO DE JANEIRO:

NAVIS – Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência

Rua dos Inválidos 152 – Centro – Rio de Janeiro | Telefone: 3399-3837 | Atendimento: 2ª a 6ª feira de 9h às 18h; sábado de 9h às 17h

NÚCLEO ESPECIALIZADO NO ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA (NUDEM)

Av. Marechal Câmara 314/térreo – CEP 20020-080 | Telefone: (21) 2299-2272 | Referência: Perto da Santa Casa | Atendimento: 1º atendimento 2ª e 5ª feira M/T

Linha 180 – Central de Atendimento à Mulher – Serviço Nacional

Ligue: 180

O número 180 é uma linha telefônica em nível nacional criada pela Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) do Governo Federal. Este número pode ser acessado em todo território nacional.

Disque Mulher

Telefone: (21) 2299-2121 | Atendimento: de 2ª a 6ª feira de 9 às 17h

Ouvir Mulher (RJ)

Telefone: (21) 2503-4622 | Atendimento: 2ª a 6ª feira de 8h às 17h

Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher no Estado do Rio de Janeiro (DEAM)

Todas as DEAMs estão subordinadas à Divisão de Polícia de Atendimento à Mu-

lher (DPAM) – Coordenadoria das DEAMs.

Rua da Relação 42/11º andar – Centro – Rio de Janeiro | Telefone: (21) 3399-3060

Número de Telefone das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

DEAM LEGAL-RIO (CENTRO)

Rua Visconde de Rio Branco 12 – Praça Tiradentes | CEP 20060-080 | Telefone: (21) 3399-3370, 3399-3377, 3399-3373 e 3399-3379 **DEAM-CAXIAS**

Rua Tenente José Dias 344 – Centro – CEP 25110-305 | Telefone: (21) 3399-3710, 3399-3708 | Telefone:/fax (21) 2671-7757 | Referência: Em frente ao Colégio Santo Antônio

DEAM-NOVA IGUAÇU

Rua Joaquim Sepa 180 – Marco 2 – CEP 26261-100 | Telefone: (21) 3399-3720, 3399-3721 e 2667-4121 | Telefone:/fax (21) 3399-3718 | Referência: Dois pontos de ônibus depois da Faculdade de Nova Iguaçu

DEAM LEGAL-OESTE

Av. Maria Tereza s/nº – Campo Grande – CEP 23050-160 | Telefone: (21) de 3399-5710 até 3399-5718 | Referência: Pegar entrada para Estrada do Mendanha na Av. Brasil. Próximo ao Hospital Rocha Faria; ao lado da 35ª DP

DEAM-NITERÓI

Av. Ernani do Amaral Peixoto 577 – Ni-

terói | CEP 24020-073 | Telefone: (21) 3399-3700, 3399-3701, 3399-3698 e 3399-3703 | Referência: Em frente ao Fórum, no prédio da 76ª DP

DEAM-SÃO GONÇALO

Av. 18 do Forte 578 - Mutuá - CEP 24635-000 | Telefone: (21) 3399-3730, 3399-3733 e 3399-3731 | Referência: Após o Clube Mauá, primeira rua à direita, ao lado da 72ª DP.

DEAM LEGAL-BELFORD ROXO

Av. Retiro da Imprensa 800 - Belford Roxo | Nova Pian - CEP 26112-180 | Telefone: (21) 3399-3980 e 3399-3985 | Referência: Após o Habbib's primeira à direita e primeira à esquerda. Ao lado da 54ª DP

DEAM LEGAL-JACAREPAGUÁ

Rua Henriqueta 197 - Tanque - CEP 22735-130 | Telefone: (21) 3399-7580, 399-7581, 3399-7585 e 3399-7587 | Telefone:/fax (21) 3392-2186 | Referência: Rua do Posto de Saúde, do Corpo de Bombeiros e da Cedae. Ao lado da 41ª DP

DEAM-VOLTA REDONDA

Av. General Newton Fontoura 540 | Aterrado Nossa Senhora das Graças | Telefone: (24) 3399-9140, 3399-9141 e 3399-9142 - Telefone:/fax (24) 3399-9148 | Referência: Rua atrás da 93ª DP

ABRIGOS DE ATENÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Os Abrigos de atenção às mulheres que sofreram violência doméstica são locais que podem ser acessados pelas vítimas que estão em situação de risco de vida. Nestes espaços as mulheres também podem levar seus filhos e filhas. Os endereços não são

divulgados com o intuito de proteger as vítimas.

Casa Abrigo Maria Haydée Pizarro Rojas - Rio de Janeiro

Atendimento: 24 horas | Encaminhamento: através do Rio Mulher | Telefone: (21) 2222-0861 ramais 205, 206, 228 e 231

Casa Abrigo Lar da Mulher - Rio de Janeiro

Atendimento: 24 horas | Encaminhamento: através do Disque Mulher | Telefone: (21) 2299-2121

Casa Abrigo Deiva Rampini - Volta Redonda

Atendimento: 24 horas | Encaminhamento: através da Casa Berta Lutz | Telefone: (24) 3345-4444 - Ramal: 268

Casa da Mulher Benta Pereira - Campos de Goytacazes

Atendimento: 24h | Encaminhamento: através do NIAM | Telefone: (22) 2735-3925

SERVIÇOS DE SAÚDE COM FOCO NO ATENDIMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Instituto Municipal da Mulher Fernando Magalhães

O Instituto da Mulher Fernando Magalhães atende as mulheres que foram vítimas de violência sexual e é uma instituição que realiza o aborto previsto em lei.

Rua General José Cristino 87 - São Cristóvão | CEP 20921-400 | Telefone: (21) 2580-8343 - Ramal: 231 e 2580-1132 | Atendimento: 24 horas | Referência: Perto do Campo de São Cristóvão

SOS Mulher – Centro de Atenção à Mulher Vítima

Rua do Prado 325 – Santa Cruz – CEP 23555-012 | Telefones: (21) 2299-7809, 2299-7810, 2299-7811, 2299-7812 | Referência: Perto da estação de Santa Cruz | Atendimento: 24 horas

Hospital Geral de Nova Iguaçu (Hospital da Posse)

Av. Henrique Duque Estrada Mayer 953 – Posse | Nova Iguaçu – CEP 26030-380 | Telefones: (21) 3779-9900 ramal 245 Tel/fax (21) 2667-4152 | Atendimento: 24 horas

Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP)

Rua Marques do Paraná 303 – Centro – Niterói | CEP 24030-210 | Telefone: 2629-9070

Hospital Maternidade Alexander Fleming

Rua Jorge Schmidt 331 – Marechal Hermes | CEP 21610-345 | Tel (21) 2450-2580 e 2450-2007 (Gabinete) | Atendimento: 24 horas | Referência: Próximo à Comlurb e à 30ª DP

Unidade Integrada de Saúde Herculano Pinheiro

Av. Ministro Edgard Romero 276 – Madureira | CEP 21360-200 | Telefone: (21) 3390-0180 e 3390-8374 | Atendimento: 24 horas | Referência: Em frente ao Mercado de Madureira

Hospital Maternidade Carmela Dutra

Rua Aquidabã 1.037 – Lins de Vasconcelos | CEP 20720-290 | Telefone: (21) 2597-3552 e 2269-5446 (gabinete) | Atendimento: 24 horas | Referência: Paralela à Rua Dias da Cruz

Hospital Maternidade Oswaldo Nazareth

Praça XV de Novembro 4 fundos – Centro | CEP 20010-010 | Telefone: (21) 2507-6001 e 2224-3875 | Atendimento: 24 horas | Referência: Perto da estação das barcas

Hospital Municipal Lourenço Jorge

Av. Ayrton Senna 2.000 – Barra da Tijuca | CEP 22775-000 | Telefone: (21) 3111-4600, 3111-4603 e 3111-4607 | Atendimento: 24 horas | Referência: Atrás do BarraShopping

Hospital Municipal Miguel Couto

Rua Mário Ribeiro 117 – Gávea – CEP 22431-000 | Telefone: (21) 3111-3800, 3111-3711 e 3111-3712 | Referência: Em frente ao estádio do Flamengo

Hospital Municipal Paulino Werneck

Estrada do Cacuia 745 – Ilha do Governador | CEP 21921-001 | Telefone: (21) 3111-7700 / 3111-7705

Hospital Municipal Salgado Filho

Rua Arquias Cordeiro 370 – Méier – CEP 20770-000 | Telefone: (21) 3111-4100 e 3111-4101 | Referência: Próximo à estação de trem

Hospital Municipal Souza Aguiar

Praça da República 111 – Centro – CEP 20211-350 | Telefone: (21) 3111-2630 e 3111-2601 | Referência: Em frente ao Campo de Sant'Ana

Atendimento e Informações às Mulheres Soropositivas (HIV/Aids)

Hospital Universitário Pedro Ernesto/Grupo Parceiros da Vida

Boulevard 28 de Setembro 87/5º andar – Vila Isabel | CEP 20551-030 | Anfite-

atro-Setor de Ginecologia | Telefone: 2587-6153, 2587-6157 e 2587-6506 | Reuniões toda primeira 5ª feira do mês, das 14h às 16:30h

Disque Saúde

Ligue 0800-611997 | Orientações sobre saúde e informações sobre DST/Aids | Atendimento: 2ª a 6ª feira das 8h às 18h

Centro de Referência em Direitos Humanos para Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Aliados

Serviço prestado pela Sociedade Civil em parceria com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

Av. Rio Branco 131 - 16º andar - Centro - Rio de Janeiro | CEP 20040-006. | Telefone: 3399-1304 / 3077-9116 | Atendimento: 2ª a 6ª feira, das 10h às 18:30h

FUNDAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (FIA)

Órgão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que presta os seguintes serviços:

• Programa de Atenção à Crianças e Adolescentes Vítimas de maus tratos

Telefone: (21) 2293-2099, 3971-1902 e 2293-0958

• Disque-Denúncia "Combate à Exploração Sexual"

Telefone: (21) 2504-1688

• SOS Criança Desaparecida

Telefone: (21) 2286-8337, 2299-1434, 2286-7631 e 2226-6375 | soscrian-casdesaparecidas@fia.rj.gov.br

• Programa Procuro Minha Família

Ajuda a localizar parentes de pessoas que estão ou estiveram abrigadas em instituições públicas

Telefone: (21) 2579-2154, 2299-1470 e 2527-0598 | Rua Voluntários da Pátria 120 - Botafogo | CEP 22270-010 | Atendimento: 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h. | www.fia.rj.gov.br

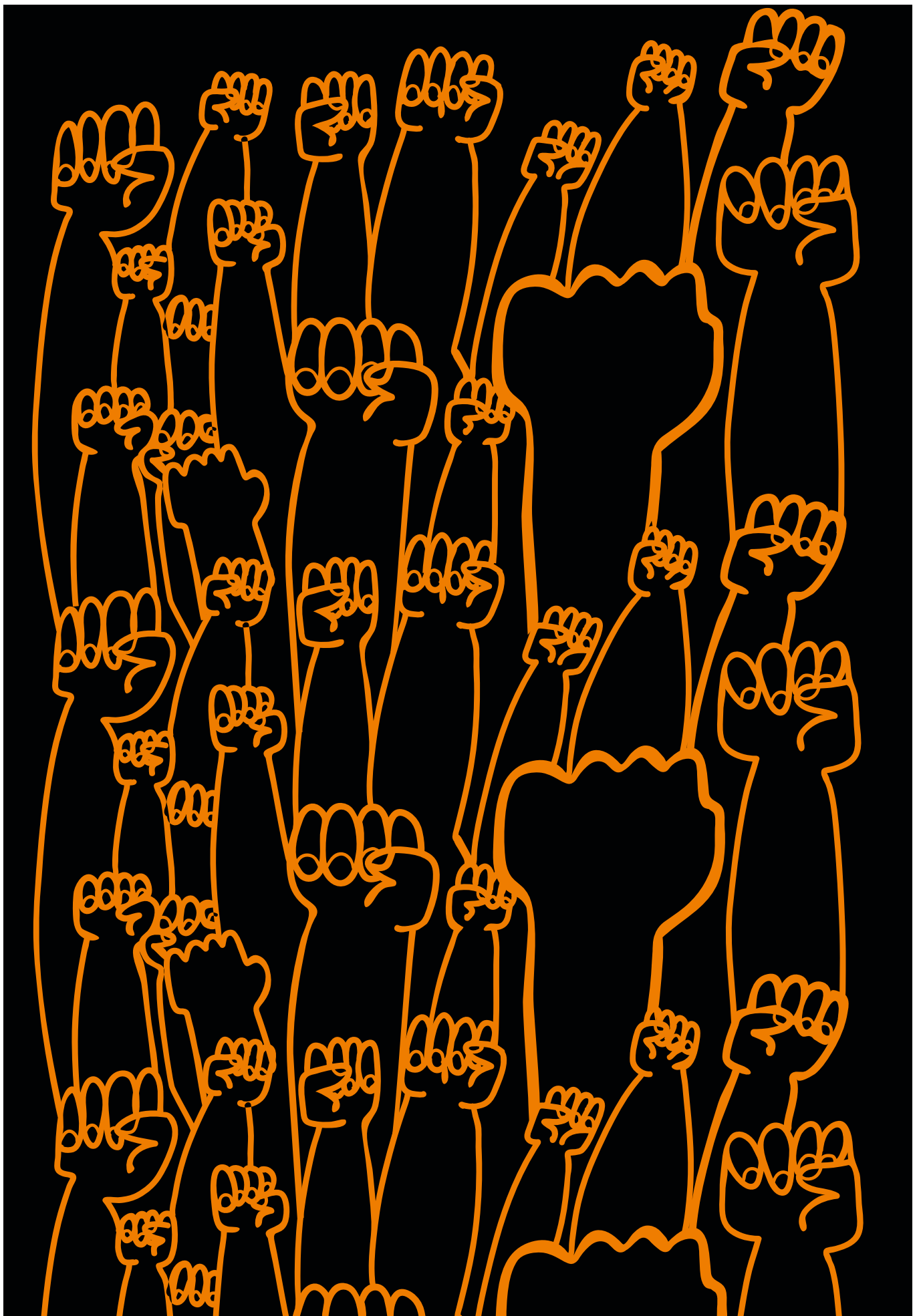
• Disque Denúncia de abuso, exploração sexual praticados contra crianças e adolescentes

Telefone: 0800-990500 | Atendimento: 2ª a 6ª feira, das 8h às 18h

Instituto ProMundo

O Instituto Promundo é uma organização não-governamental que busca prevenir a violência contra mulheres, crianças e jovens no Brasil e no mundo.

Rua da Lapa, 161, sobrado | Centro - Rio de Janeiro - Brasil | Cep. 20021.180 | Telefone/Fax: +55 (21) 2544-3114 |



Textos

Thayz Athayde
Rafaela Cotta
Linda Cerdeira

Equipe Instituto Promundo

Danielle Araújo - Pesquisadora Sênior
Danielle Lopes - Coordenadora de Projetos
Elisabete Pessanha - Consultora
Linda Cerdeira - Coordenadora de Projetos Sênior
Milena do Carmo - Coordenadora de Projetos
Mohara Valle - Consultora de Comunicação

Programação visual

REC Design

Financiamento

United Nations Trust Fund

Projeto desenvolvido em Cooperação com o Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, com a colaboração do Núcleo de Atendimento à Violência.

